

Doc. n.º 47
Presente em reunião ordinária/extraordi-
nária do executivo Municipal de
Montalegre, 15 / 04 / 20

O Presidente da Câmara

O Vereador

2
0
1
4



Presente em sessão / reunião ordinária / extraordi-
nária da Assembleia Municipal de
Montalegre, 15 / 04 / 30

O Presidente da Assembleia

1
Secretário

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2014

MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

1 – INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no nº 13, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente relatório, relativo ao ano 2014, que procura clarificar as origens da receita e despesa do Município de Montalegre, bem como a sua situação económica e financeira,

O relatório de gestão, apresenta-se enquanto documento técnico que sintetiza a atividade e sistematiza a informação, constante nos documentos de prestação de contas, de forma a permitir uma análise correta da situação do município no final do exercício económico – ano 2014, nas vertentes orçamental e Económica / financeira.

Com o novo regime financeiro das Autarquias Locais (Lei nº 73 / 2013, de 3 de setembro), os documentos de prestação de contas consolidadas passam a ser aprovadas em momento diferente das contas individuais do município, isto é, até junho do ano seguinte a que respeitam, artigo 76º da referida Lei.

2 – ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

2.1 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ÓRGÃO DELIBERATIVO – 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

De acordo com o estatuído no artigo 42.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, e a Lei 11-A/2013, de 29 de janeiro, o número das freguesias do município de Montalegre sofreu uma redução, passando de 35 para 25, o que determinou que, após as eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013, a composição do órgão deliberativo do município, que passou a ser constituído por 51 membros, 26 eleitos diretamente e os restantes 25 correspondentes aos Presidentes de Junta de Freguesia.

No mandato autárquico em curso, a mesa da Assembleia Municipal de Montalegre é constituída da seguinte forma:

Presidente da Assembleia: Fernando José Gomes Rodrigues

1º Secretário: Manuel António Silva Carvalho

2º Secretário: Olímpia Maria Caldas F. Vinhas

2.2 – CÂMARA MUNICIPAL – ÓRGÃO EXECUTIVO – 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Por força do disposto na alínea e) do nº 2, do artigo 57º, da mencionada Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Órgão Executivo do Município de Montalegre é composto, para além do **Presidente**, por **seis Vereadores**.

Composição da Câmara Municipal de Montalegre:

Presidente da Câmara

Manuel Orlando Fernandes Alves

Vice – Presidente

David José Varela Teixeira

Vereadora em Regime de Tempo Inteiro

Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves

Vereadores sem regime de Permanência

António Gonçalves Araújo

Paulo Jorge Miranda Cruz

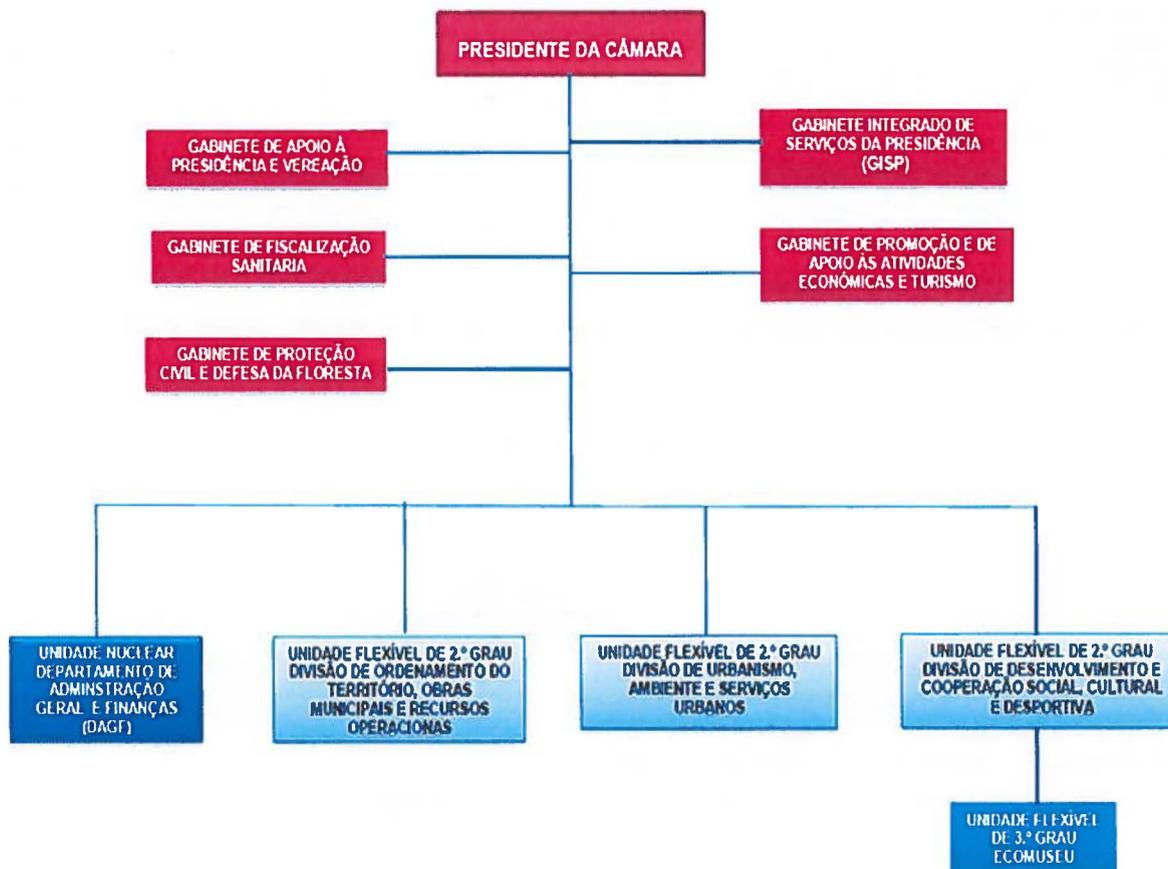
José Duarte Crespo Gonçalves

Maria Elsa de Moura Minhava

2.3 – ESTRUTURA ORGANICA DO MUNICÍPIO

A estrutura Orgânica do Município de Montalegre foi aprovada em Assembleia Municipal em sessão ordinária a 14 de dezembro de dois mil e doze, com base na proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 19 de novembro do mesmo ano, tendo sido publicada em Diário da República no dia 14 de janeiro de dois mil e treze.

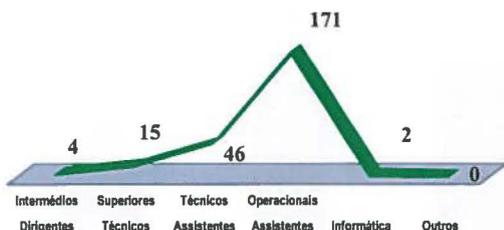
ORGANIGRAMA - C. M. MONTALEGRE



RECURSOS HUMANOS

No final do ano de 2014 o Município de Montalegre era constituído por **264** trabalhadores, dos quais **238** são trabalhadores com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Trabalhadores do Município a 31 / 12 / 2014



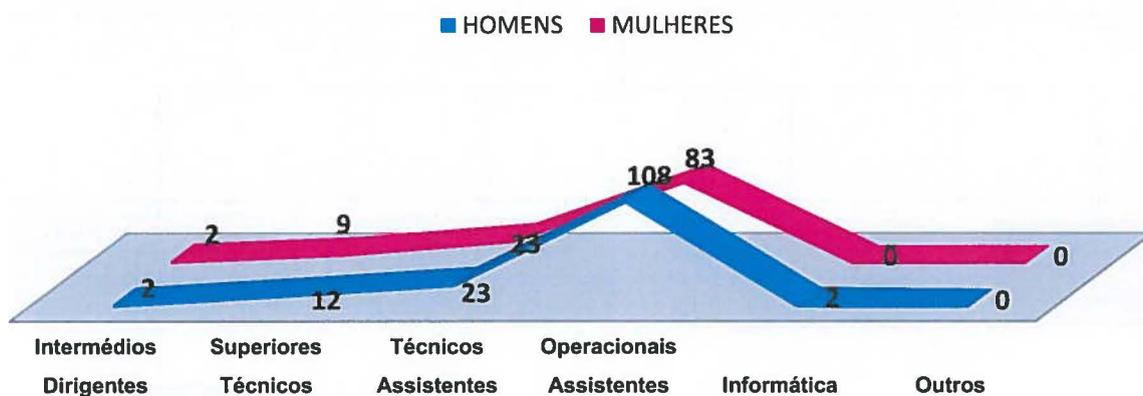
Trabalhadores do Município por Tipo de Vínculo



RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

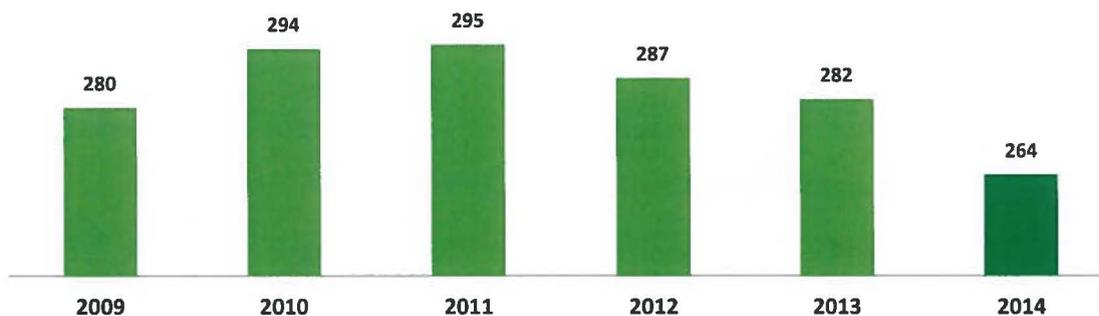
	Dirigentes Superiores	Dirigentes Intermédios	Técnicos Superiores	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais	Bombeiros	Informática	Polícia Municipal	Outros	Total
Comissão de Serviço										
CTFP Tempo Indeterminado		4	15	46	171		2			238
CTFP Termo Resolutivo Certo			5		20					25
CTFP Termo Resolutivo Incerto			1							1
Outras										0
Total		4	21	46	191	0	2	0	0	264

Do total dos trabalhadores, 55,7% são do sexo masculino, sendo deste modo o género predominante.



Evolução dos números de trabalhadores do Município de Montalegre nos últimos anos.

Categoria	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Dirigente Intermédio	3	3	4	4	4	4
Técnico Superior	17	18	20	29	27	21
Assistente Técnico	54	56	48	45	45	46
Informática	3	3	3	2	2	2
Assistente Operacional	203	214	220	207	204	191
Total	280	294	295	287	282	264

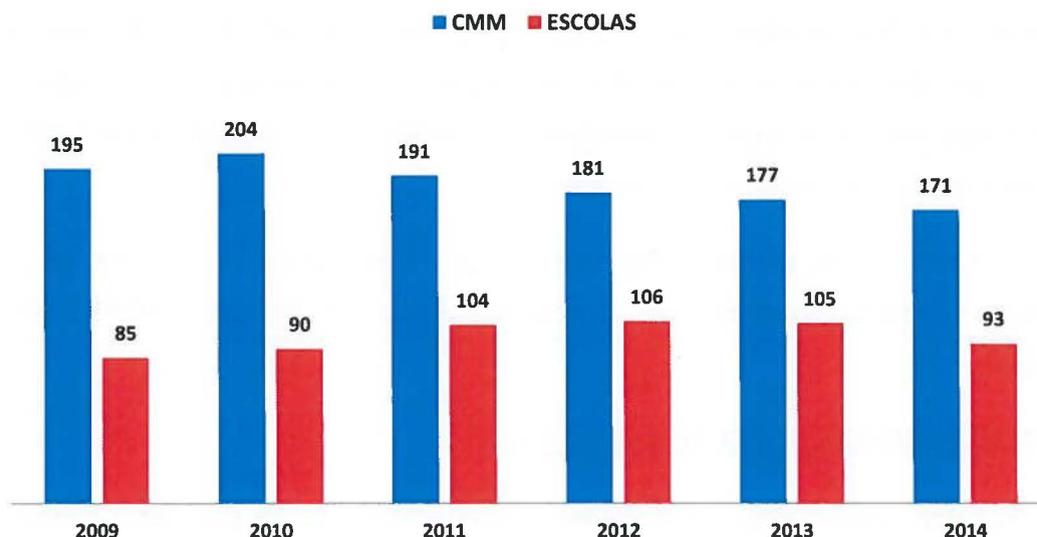


Total de trabalhadores afetos à CMM

	2014
Dirigente Intermédio	4
Técnico Superior	15
Assistente Técnico	35
Informática	2
Assistente Operacional	115
Total	171

Total de trabalhadores afetos à Escola

	2014
Técnico Superior	6
Assistente Técnico	11
Assistente Operacional	76
Total	93



3 – PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM ENTIDADES SOCIETÁRIAS E NÃO SOCIETÁRIAS

3.1 – SOCIEDADES SOCIETÁRIAS

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso

Os estatutos da empresa EHATB, EM, SA, foram publicados no Diário da República, no dia 13 de setembro de 1989. Esta empresa tem capital social de € 900.000,00, subscrito, em partes iguais pelos seis Municípios que integram a região do Alto Tâmega (Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar). O core principal desta empresa é a produção e venda de energias renováveis, hídrica e eólica, tendo como principais ativos a mini-hídrica do Alvadia e de Bragadas.

RESINORTE – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A.

A empresa RESINORTE foi formalmente constituída pelo Decreto-lei nº 235/2009, de 15 de setembro, por uma fusão da REBAT, RESAT e RESIDOURO, agregando os municípios de Vale do Douro Norte (AMVDM) e a associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE).

Para além dos municípios que integram as referidas associações, esta sociedade RESINORTE – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., tem como acionista principal, com 51% do capital social, o Estado Português, através da EGF - Empresa Geral do Fomento.

Esta sociedade gere o sistema intermunicipal de gestão de resíduos sólidos urbanos e faz a valorização desses resíduos, em regime de concessão.

ÁGUA DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO, S.A.

A empresa Águas de Trás-os-Montes foi criada, conjuntamente com o sistema de Águas e de Saneamento de Trás-os-Montes e Alto Douro, pelo Decreto-lei nº 270-A/2000, de 6 de outubro, para explorar, em regime de concessão, por um prazo de 30 anos e a construção das obras e equipamentos necessários para o abastecimento de água e o saneamento em alta, bem como a sua exploração, renovação e manutenção.

O capital social desta empresa foi subscrito por trinta Municípios, entre ao quais o de Montalegre, conjuntamente com as sociedades Águas de Portugal, SGPS, S.A (acionista maioritário)

EMPREENHIMENTO EÓLICO DE VIADE, Lda

A empresa tem como objeto a promoção e desenvolvimento de projetos de implementação, gestão e exploração de unidades de produção de energias renováveis e atividades conexas, com um capital social de cinco mil euros.

O capital social da empresa é constituído por:

81% A Finerge – Gestão Projetos Energéticos, S.A., e 20% os Municípios do Alto Tâmega (quota de um sexto cada município).

EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A.

Foi constituída em 2007, com um capital social de € 50.000,00, tem como objeto a realização e desenvolvimento de projetos de aproveitamento de energia eólica no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Os Municípios de Alto Tâmega detêm 49,9% que corresponde a vinte e quatro mil novecentas e cinquenta ações, do respetivo capital social (ao Município de Montalegre corresponde um sexto das referidas ações).

EÓLICA DE ATILHÓ, Lda.

A sociedade foi constituída em 2004, tem como objeto “estudo, projeto, promoção e exploração de eletricidade, tendo por fonte a energia eólica”, sendo o seu capital social de cinco mil euros.

Os municípios do Alto Tâmega são titulares de uma quota com o valor nominal de dois mil e quinhentos euros, correspondentes a uma participação de 50% na sociedade, (quota de um sexto por município).

EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A.

Empresa com um capital social de cinquenta mil euros, tem como objeto a realização e desenvolvimento de projetos de aproveitamento de energia eólica, nomeadamente construção / instalação e exploração de parque eólicos no concelho de Boticas.

Os municípios do Alto Tâmega detêm 49,9%, que corresponde a vinte e quatro mil novecentas e cinquenta ações, do respetivo capital social, (ao Município de Montalegre correspondem um sexto das referidas ações).

EÓLICA DO BARROSO, Lda.

A sociedade foi constituída em 2002, tem como objeto “estudo, projeto, promoção e exploração de eletricidade, tendo por fonte a energia eólica”, sendo o seu capital social de setenta mil euros.

Os Municípios do Alto Tâmega são titulares de uma quota com o valor nominal de vinte e oito mil euros, que corresponde a uma participação de 40% (quota de um sexto por município).

EÓLICA DA PADRELA, Lda.

A sociedade foi constituída em 2002, tem como objeto “estudo, projeto, promoção e exploração de eletricidade, tendo por fonte a energia eólica”, sendo o seu capital social de sessenta e cinco mil euros.

Os Municípios do Alto Tâmega são titulares de uma quota com o valor nominal de vinte e seis mil euros, que corresponde a uma participação de 40% (quota de um sexto por município).

ATEBERG – EÓLICA DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, Lda

A ATEBERG foi constituída em 2001, com um capital social de um milhão duzentos e cinquenta mil euros, tem como objeto execução, gestão e exploração de instalações para a produção de energia eólica, assim como quaisquer outras atividades afins no domínio das energias renováveis.

Os Municípios do Alto Tâmega são titulares de uma quota com o valor nominal de quinhentos mil euros, que corresponde a uma participação de 40% (quota de um sexto por município).

MATADOURO REGIONAL DE BARROSO E ALTO TÂMEGA, S.A.

Empresa constituída por escritura pública em 1988, no Cartório Notarial de Montalegre, com um capital social de cinquenta mil euros, tendo sido aumentado para cento e vinte e cinco mil euros em 2006, igualmente por escritura pública.

O capital social está distribuído por diversos acionistas, incluindo o Estado Português, detendo o Município de Montalegre 20% do mesmo.

3.2 – SOCIEDADES NÃO SOCIETÁRIAS

ANMP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS PORTUGUESES

A ANMP foi constituída a 22 de fevereiro de 1985, representam os Municípios Portugueses perante os Órgãos de Soberania e perante as Organizações Nacionais e Internacionais.

Realiza estudos e projetos sobre assuntos relevantes para o poder local e promove a troca de experiências e informações técnico-administrativas entre os seus membros. Desenvolve ainda ações de informação, de formação e aperfeiçoamento profissional para os eleitos locais e pessoal de administração local, mantendo serviço de consultadoria e acessória técnico-jurídica destinada aos seus membros.

O Município de Montalegre é um dos Associados.

AMAT - ASSOCIAÇÃO MUNICÍPIOS ALTO TÂMEGA

A AMAT é constituída pelos Municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Os estatutos desta associação foram publicados no Diário da república no dia 2 de julho de 1992, alterados em 16 de dezembro de 2012, em conformidade com a Lei nº 45/2008.

Esta associação tem um papel de relevo na coordenação e gestão de iniciativas de âmbito intermunicipal, sobretudo ao nível do ambiente, conservação da natureza e dos seus recursos naturais, e na promoção e desenvolvimento regional.

CIM-AT – CUMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO ALTO TÂMEGA

A Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, foi constituída em dois mil e catorze, no cumprimento da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

A CIM-AT é constituída pelos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços, Vila Pouca de Aguiar.

AE-TM - AGÊNCIA DE ENERGIA DE TRÁS-OS-MONTES

É objeto desta associação contribuir para a gestão da procura de energia, a eficiência energética, o melhor aproveitamento dos recursos energéticos endógenos e a gestão ambiental no interface com a energia.

TURISMO PORTO E NORTE DE PORTUGAL

A entidade regional Turismo Porto e Norte de Portugal surgiu no âmbito do novo regime jurídico que prevê a divisão de Portugal Continental em cinco áreas regionais.

ADRAT – Associação Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega

A ADRAT é uma agência de desenvolvimento criada na década de 80 pela dinâmica e vontade das principais instituições do Alto Tâmega.

ADERE – PENEDA DO GERÊS

A associação tem como fim a valorização, qualificação, defesa, promoção e dignificação da identidade dos produtos tradicionais portugueses e subsidiariamente, dos seu produtos e território.

ECOMUSEU – Associação de Barroso

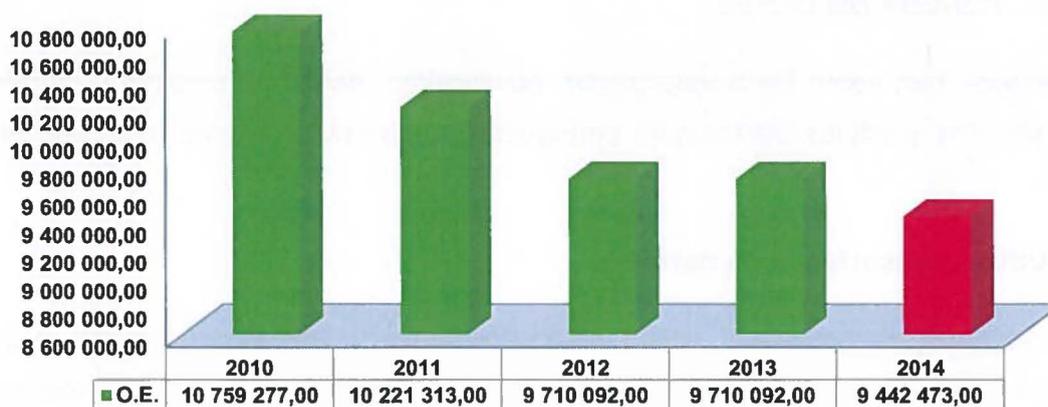
A Associação Ecomuseu – A.B. visa o desenvolvimento do território de barroso, a gestão dos polos do Ecomuseu, na preservação do património cultural e natural; a organização dos produtos locais, o incentivo à criação de canais de comercialização, a criação de parcerias, a promoção, divulgação e desenvolvimento de iniciativas e eventos que enriquece a população local, aumentando o seu nível formativo.

4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento do Município de Montalegre foi elaborado nos termos do Decreto –Lei nº 54-A/99 de 22 de fevereiro, e ulteriores alterações, e aprovado nos termos da Lei 75/2013, 12 de setembro, pelo Órgão Executivo (Câmara Municipal) em 2 de dezembro de 2013, e, em 20 de dezembro pelo Órgão Deliberativo (Assembleia Municipal).

O exercício de 2014 continua a refletir os fortes estrangulamentos que as Autarquias Locais têm sofrido quer pelos respetivos cortes nas Transferências da Administração Central, quer pela redução das receitas próprias derivadas da desaceleração da economia nacional e local.

Transferências do Orçamento do Estado para o Município de Montalegre



A Receita proveniente do Orçamento Estado de 2014 registou uma quebra de € 267.619,00.

Na análise ao gráfico acima representado, sobressai os cortes registados de 2010 a 2014, no valo de € 1.316.804,00 (um milhão, trezentos e dezasseis mil, oitocentos e quatro euros).

O Executivo Municipal conseguiu mesmo assim, apesar deste enquadramento desfavorável, orientar e desenvolver incentivos à economia local – Feira do Fumeiro, sexta13, Mundial de Rally Cross, Volta a Portugal em Bicicleta, Concursos pecuários, Apoio à produção pecuária, Apoio à produção Ovina e caprina, Apoio a diversas Associações / Instituições.

Os Documentos Previsionais aprovados para o ano financeiro de 2014, sendo documentos de natureza previsional, a sua execução comportam naturalmente desvios, e são sujeitos a alterações / revisões (as alterações/revisões estão previstas no ponto 8.3.1 do POCAL e obedecem a um conjunto de regras e princípios orçamentais)

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

O valor inicial / final do Orçamento Municipal apesar das alterações / revisões efetuadas, não foi alterado.

	Orçamento		Valor Executado	Desvios	Execução %
	Inicial	Final			
Receita Corrente	15 637 504,00	15 637 504,00	14 770 046,42	-867 457,58	94,45
Receita Capital	6 192 496,00	6 192 496,00	2 377 782,64	-3 814 713,36	38,40
Total da Receita	21 830 000,00	21 830 000,00	17 147 829,06	-4 682 170,94	78,55
Despesa Corrente	12 856 499,00	12 647 999,00	10 629 507,83	-2 018 491,17	84,04
Despesa Capital	8 973 501,00	9 182 001,00	6 494 159,19	-2 687 841,81	70,73
Total da Despesa	21 830 000,00	21 830 000,00	17 123 667,02	-4 706 332,98	78,44

Equilíbrio Orçamental / Poupança Corrente

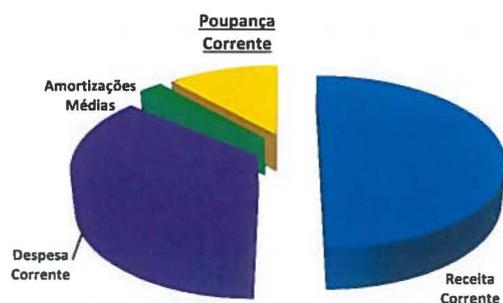
No cumprimento do disposto no artigo n.º 40 da Lei 73/2013, de 3 de setembro, “Os orçamentos das entidades do setor Local preveem receitas necessárias para cobrir todas as despesas, as receitas correntes brutas cobradas deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo”.

Orçamento Executado

Receita Corrente	14 770 046,42	Despesa Corrente	10 629 507,83
Receita Capital	2 377 782,64	Despesa Capital	6 494 159,19
Total Receita	17 147 829,06	Total Despesa	17 123 667,02

Apuramento das amortizações médias

No caso dos empréstimos já existentes quando da entrada em vigor da presente Lei, consideram-se amortizações médias de empréstimos o “montante correspondente à divisão do capital em dívida à data da entrada da presente Lei (01/01/2014), pelo número de anos de vida útil remanescente do contrato”.



Receita Corrente	14 770 046,42
Despesa Corrente	10 629 507,83
Amortizações Médias	732 573,86
Poupança Corrente	3 407 964,73

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA					
Previsão da Receita Corregida (1)	Receita por cobrar no início do ano (2)	Receitas Liquidadas (3)	Receitas Anuladas (4)	Receitas por Cobrar (5)	Receitas Líquidas Cobradas (6) = (2)+(3)-(4)-(5)
21 830 000,00	11 491,03	17 144 286,53	1 952,81	5 995,69	17 147 829,06

CONTROLO ORÇAMENTAL DA DESPESA					
Previsão da Receita Corregida (7)	Compromissos Assumidos no Ano (8)	Despesa Paga (9)	Dotação não comprometida (10) = (7)-(8)	Saldo (11) = (7)-(9)	Compromissos por pagar (12) = (8)-(9)
21 830 000,00	18 957 199,90	17 123 667,02	2 872 800,10	4 706 332,98	1 833 532,88

Défice Orçamental (13) = (6) - (9) - (12)	1 809 370,84
% Sobre a Receita Líquida (14) = (13) / (6) X 100	10,55%

Analisando os mapas de **Controlo Orçamental da Receita e da Despesa**, verifica-se que a realização da despesa, comparada com os compromissos assumidos, estes são substancialmente superiores à receita, levando a um défice orçamental de € 1.809.370,84, como se pode ver nos quadros acima representados.

O Défice Orçamental cifra-se em **10,55%**, da Receita Líquida.

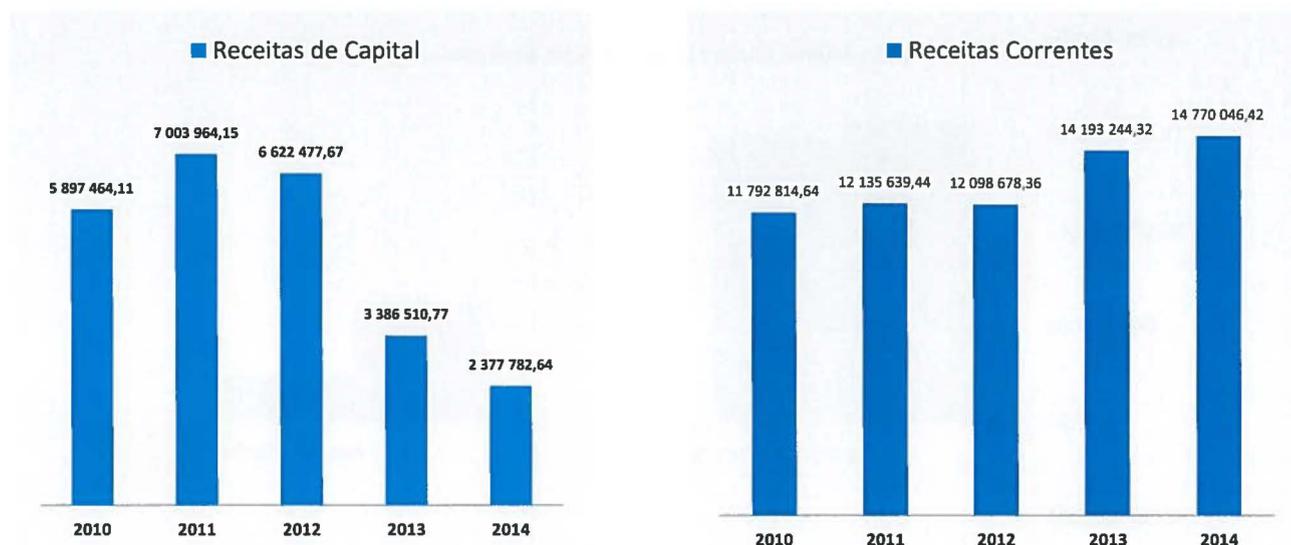
A dívida correspondente aos consumidores de Água fornecida pelo município não se encontra inscrita no Mapa de Controlo Orçamental da Receita.

4.1 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA

A autonomia financeira da autarquia depende dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos seus objetivos próprios, sendo, no entanto, relevante notar que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos, nomeadamente estatais e comunitários.

O aumento da receita corrente deve-se à alteração da percentagem do FEF (Fundo Equilíbrio Financeiro – Transferência do Orçamento do Estado), no ano 2013. O inverso deu-se nas receitas de capital, o FEF passou de 40% em 2012 para 20%, em 2013.

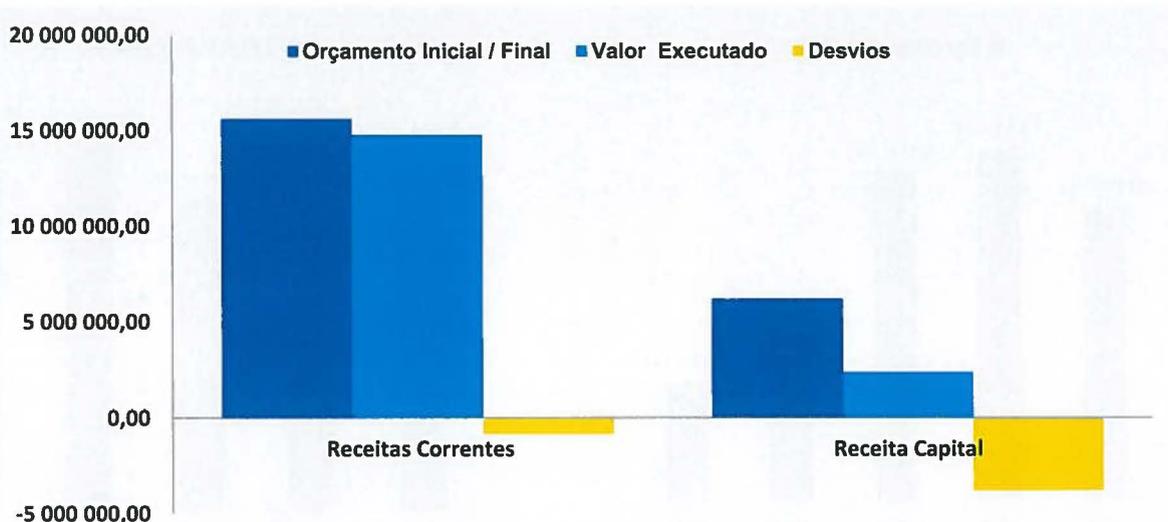
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014



	Orçamento	Valor	Desvios	Execução
	Inicial / Final	Executado		%
Receitas Correntes	15 637 504,00	14 770 046,42	-867 457,58	94,5
Impostos Diretos	1 319 002,00	1 625 978,45	306 976,45	123,3
Impostos Indiretos	8 703,00	15 388,51	6 685,51	176,8
Taxas, Multas e Outras Penalidades	315 002,00	360 121,11	45 119,11	114,3
Rendimentos de Propriedade	2 736 003,00	2 281 239,52	-454 763,48	83,4
Transferências Correntes	10 279 522,00	9 374 641,11	-904 880,89	91,2
Venda de Bens e Serviços Correntes	951 806,00	1 029 021,52	77 215,52	108,1
Outras Receitas Correntes	27 466,00	83 656,20	56 190,20	304,6
Receita Capital	6 192 496,00	2 377 782,64	-3 814 713,36	38,4
Venda de Bens de Investimento	1 299 700,00	116 144,12	-1 183 555,88	8,9
Transferência de Capital	4 591 596,00	2 261 638,52	-2 329 957,48	49,3
Ativos Financeiros	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,0
Passivos Financeiros	100,00	0,00	-100,00	0,0
Outras Receitas Capital	300 100,00	0,00	-300 100,00	0,0
TOTAL DA RECEITA	21 830 000,00	17 147 829,06	-4 682 170,94	78,6

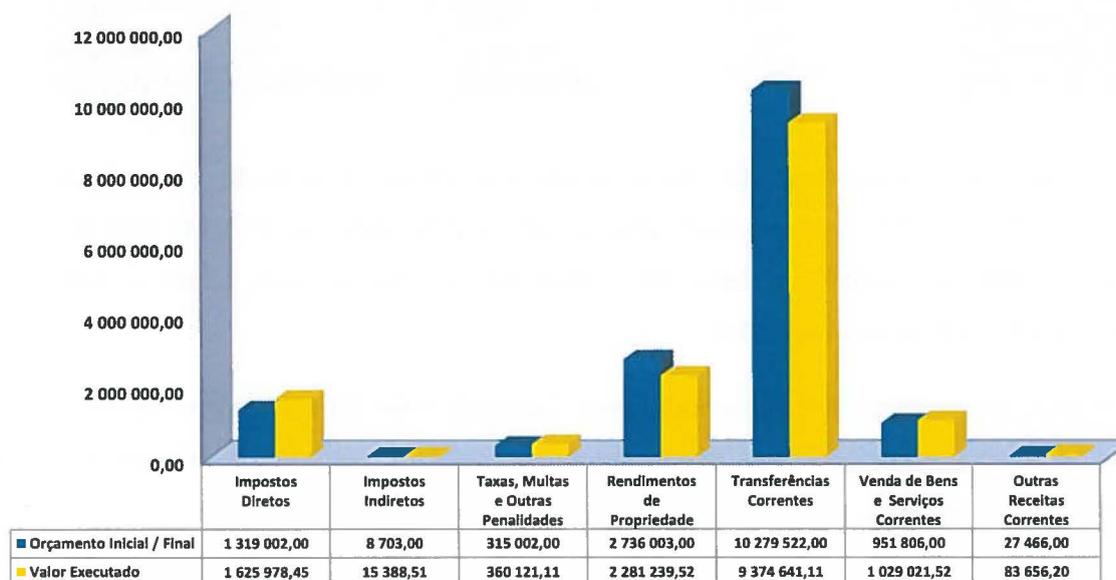
Ao comparar a receita executada com a receita prevista em orçamento, constata-se que a sua execução foi de 78,6%, tendo sido arrecadado o montante de €17.147.829,06 (dezassete milhões, cento e quarenta e sete mil, oitocentos e vinte e nove euros e seis cêntimos), apresentando um desvio de 21,5%.

Analisando separadamente as componentes **Corrente** e de **Capital**, constatamos que atingem taxas de execução de 94,5% e 38,4%, respectivamente, apresentando desvios em relação ao previsto em orçamento.



4.1.1 – EXECUÇÃO DA RECEITA CORRENTE

No que concerne à execução da **Receita Corrente**, verifica-se que os valores arrecadados são provenientes, na sua maioria, de **Transferências Correntes**, **63,5%**, e os restantes **36,5%** tiveram origem em fontes diversas, salientando-se, pela ordem decrescente da sua expressão financeira, **os Rendimentos de Propriedade**, **15,4%**, **os Impostos Diretos**, **11%**, **venda de Bens e Serviços**, **7%**, **Taxas Multas e Outras Penalidades**, **2,4%**, **Outras receitas correntes**, **0,6%**, e **Impostos Indiretos**, **0,1%**, no cômputo total das receitas.



RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2014

	Orçamento Inicial / Final	Valor Executado	Execução %
Impostos Diretos	1 319 002,00	1 625 978,45	123,27
Imposto Municipal Imóveis	882 000,00	1 316 814,70	149,30
Imposto Único de Circulação	196 000,00	216 930,54	110,68
Imposto Municipal Transações Onerosa Imóveis	146 000,00	81 593,57	55,89
Derrama	95 000,00	10 639,64	11,20
Impostos Abolidos	1,00	0,00	0,00
Impostos Diretos Diversos	1,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	8 703,00	15 388,51	176,82
Loteamento e Obras	5 000,00	7 436,37	148,73
Ocupação de via Pública	400,00	0,00	0,00
Publicidade	1 500,00	1 087,60	72,51
Taxa M. Direito de Passagem	1 800,00	1 869,54	103,86
Taxa Depósito F.T. Habitação	1,00	4 995,00	499 500,00
Inspecções de Ascensores	1,00	0,00	0,00
Outros	1,00	0,00	0,00
Taxas, Multas e Outras Penalidades	315 002,00	360 121,11	114,32
Mercados e Feiras	14 000,00	1 483,08	10,59
Loteamento e Obras	69 500,00	65 280,50	93,93
Ocupação de via Pública	6 100,00	4 492,00	73,64
Caça, Uso e Portes Armas	24 400,00	16 756,18	68,67
Saneamento	180 000,00	224 832,64	124,91
Taxa Depósito F.T. Habitação	1,00	0,00	0,00
Taxa Emissão Certificado Reg.	500,00	7,50	1,50
Inspecções de Ascensores	500,00	773,52	154,70
Outros	7 200,00	6 896,00	95,78
Juros de Mora	3 500,00	16 924,28	483,55
Juros Compensatórios	3 800,00	20 375,41	536,20
Coimas Penalidades Contra Ordenações	5 500,00	2 300,00	41,82
Multas Penalidades Diversas	1,00	0,00	0,00

As **Receitas Fiscais** representam 11,1%, do total das Receitas Correntes, sendo os impostos diretos a maior parcela desta receitas, com um valor de € 1.625.978,45 (um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e oito euros e quarenta e cinco cêntimos).

Os **Impostos Diretos** compreendem os recebimentos com origem na tributação dos rendimentos de capital, da propriedade imobiliária e pela posse ou utilização de determinados bens. Estas receitas são cobradas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, sendo depois transferida para as Autarquias. A Execução desta rubrica face à previsão orçamental foi de 123,3%

O **IMI** foi o imposto que, em termos absolutos, no ano 2014 gerou mais receitas (€ 1.316.814,70), como se pode verificar no quadro acima representado.

Impostos indiretos Multas e outras Penalidades estão incluídos neste grupo de receita as multas, coimas, loteamentos e obras, taxas de secretaria, taxa de direito de passagem.

A execução dos **Impostos Indiretos** neste exercício económico de 2014, foi de 176,8%, enquanto o grupo de receita **Taxas, Multas e Outras Penalidades** conseguiu uma execução de 114,3%.

RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2014

Os **Rendimentos de Propriedade** são receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros, rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos, e receitas provenientes de rendimento de propriedades de bens de domínio público.

A rubrica com maior expressão financeira, ao nível da execução deste agrupamento, foi a receita com as rendas dos Parques Eólicos, cuja arrecadação foi de € 758.676,12, traduzindo, assim uma taxa de execução de 111,6%, em relação ao previsto em orçamento.

	Orçamento	Valor	Execução
	Inicial / Final	Executado	%
Rendimentos de Propriedade	2 736 003,00	2 281 239,52	83,4
Juros - Sociedades Financeiras	20 000,00	16 208,33	81,0
Empresas Municipais e Intermunicipais	800 001,00	0,00	0,0
Empresas Privadas	100 001,00	303 352,64	303,3
Rendas de Concessão	466 000,00	586 978,14	126,0
Centros Electroprodutores	670 000,00	615 981,93	91,9
Centros de Produção Eólica	680 000,00	758 676,12	111,6
Outras	1,00	42,36	4 236,0

O valor expresso na rubrica Empresas Privadas diz respeito à distribuição de rendimentos feito por algumas das empresas nas quais o Município de Montalegre detém participação societária.

DIVIDENDOS	VALOR
EÓLICA DE MONTENEGRELO, S.A	204 398,99
EÓLICA DA SERRA DAS ALTURAS, S.A	69 686,97
EÓLICA DE PADRELA, LDA	5 200,00
EMPRESA EÓLICA DO BARROSO,LDA	5 733,34
EÓLICA DE ATILHÓ,LDA	8 333,34
EMPRESA EÓLICA DO BARROSO,LDA	4 666,67
EÓLICA DE PADRELA, LDA	5 333,33

A EDP, enquanto entidade concessionária dos serviços distribuição de energia elétrica em baixa tensão no concelho de Montalegre, nos termos do diploma Decreto-Lei n.º 230/2008, de 27 de novembro, paga trimestralmente uma renda, cujo valor é calculado em função do consumo de eletricidade em baixa tensão neste concelho.

A verba inscrita em **Centro Electroprodutores** corresponde à renda anual paga pela EDP ao município, pela implementação no concelho de centros electroprodutores, no cumprimento do Decreto-Lei 242/83, de 6 de dezembro.

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

As **Transferências Correntes** são recursos financeiros auferidos sem quaisquer contrapartidas, destinados a financiar despesa corrente, sem afetação preestabelecida, com a exceção do FSM – Fundo Social Municipal, que é uma receita consignada à educação.

A execução desta componente de receita em relação ao orçamentado foi de 91,2%, apresentando um desvio de 8,8 pontos percentuais, devido a acertos não previstos nas transferências do Ministério da Educação.

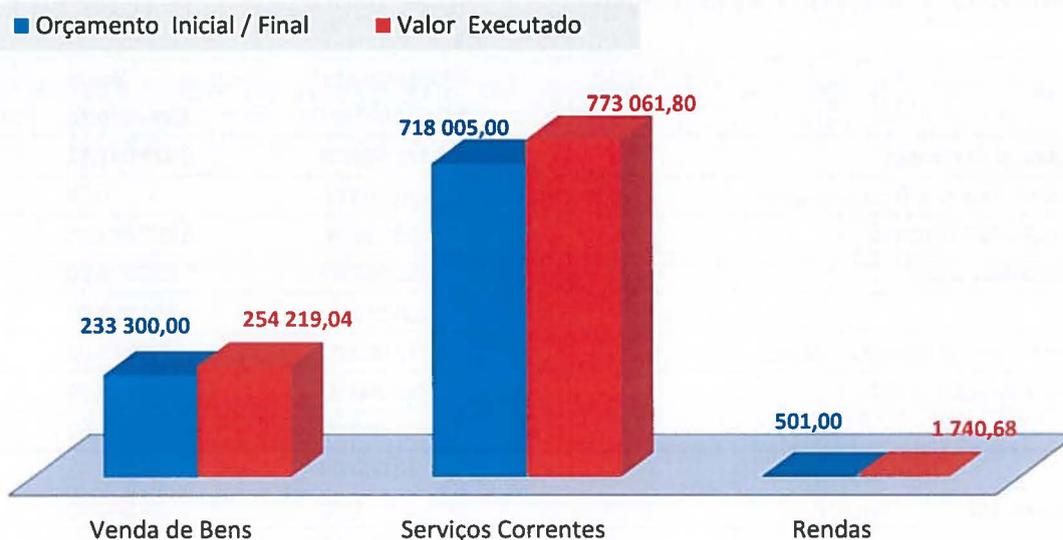
	Orçamento Inicial / Final	Valor Executado	Execução %
Transferências Correntes	10 279 520,00	9 374 641,11	91,2
Empresas Municipais e Intermunicipais	150 000,00	0,00	0,0
Fundo Equilíbrio Financeiro	8 209 390,00	8 209 390,00	100,0
Fundo Social Municipal	160 016,00	160 016,00	100,0
IRS	160 913,00	160 913,00	100,0
Comissão Protecção Crianças e Jovens	10 000,00	12 867,06	128,7
Ministério Educação / DREN	1 352 200,00	510 522,74	37,8
IEFP	75 000,00	42 171,59	56,2
IFAP	12 000,00	16 820,72	140,2
Outros (Sexta 13)	1,00	40 000,00	4 000 000,0
Municípios (Alvadia)	150 000,00	221 940,00	148,0

O encaixe financeiro na rubrica, **Venda de Bens e Prestação de Serviços**, foi de € 1.029.021,52, com uma taxa de execução de 108,2%, superando a expectativa expressa no orçamento.

	Orçamento Inicial / Final	Valor Executado	Execução %
Venda de Bens e Serviços Correntes	951 305,00	1 029 021,52	108,2
Venda de Bens	233 300,00	254 219,04	109,0
Produtos Agrícolas e Pecuários	1 000,00	0,00	0,0
Água	226 000,00	247 678,22	109,6
Material D. Turística Cultural	6 300,00	6 540,82	103,8
Serviços Correntes	718 005,00	773 061,80	107,7
Aluguer Espaços e Equipamentos	6 700,00	10 481,00	156,4
Serviços Sociais, R., C. e Desportivos	50 002,00	102 951,19	205,9
Saneamento (Ramais)	5 000,00	4 987,35	99,7
Resíduos Sólidos	170 000,00	173 223,79	101,9
Transportes Coletivos de Pessoas e M.	45 001,00	26 653,96	59,2
Trabalho por Conta de Particulares	1,00	0,00	0,0
Cemitérios	7 000,00	10 125,00	144,6
Mercados e Feiras	50 000,00	58 292,23	116,6
Reembolsos de Seguros	1,00	4 735,91	473 591,0
Tarifa Disponibilidade Água	365 000,00	367 749,23	100,8

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

Ramais de Água	10 000,00	12 322,75	123,2
Edifício A. Fidalgo	4 200,00	540,12	12,9
Outros	5 000,00	991,98	19,8
Outros	100,00	7,29	7,3
Rendas	501,00	1 740,68	347,4



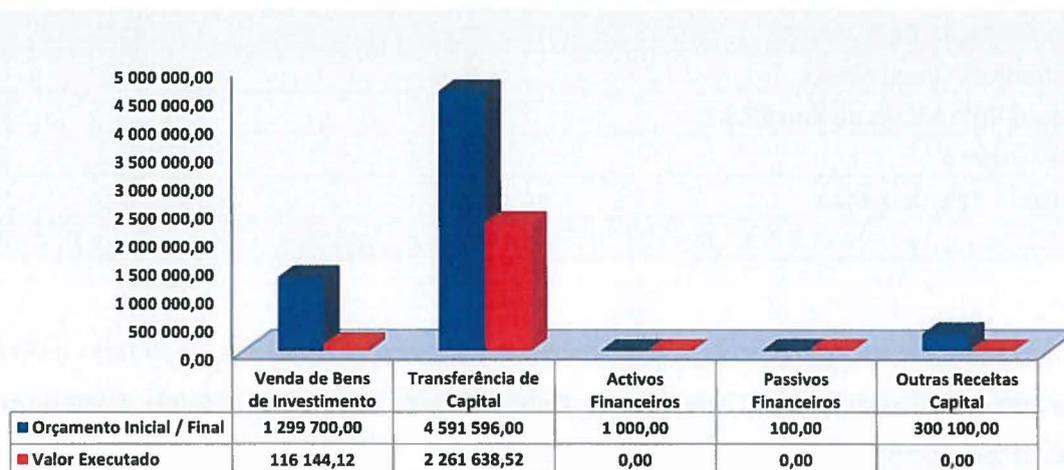
As **Outras Receitas Correntes** é uma rubrica de caracter residual, onde se incluem todas as receitas correntes que pela sua natureza, não possam ser consideradas em nenhum dos capítulos anteriores. A sua execução foi de 304,6%, em relação ao orçamentado.

	Orçamento Inicial / Final	Valor Executado	Execução %
Outras Receitas Correntes	27 466,00	83 653,20	304,6

4.1.2 - EXECUÇÃO DA RECEITA DE CAPITAL

As **Receitas de Capital** são constituídas por: Venda de Bens de Investimento, Transferências de Capital, ativos Financeiros, Passivos Financeiros e Outras Receitas de Capital.

As Receitas de Capital apresentam um grau de execução de 38,4%, do total das receitas executadas, devido sobretudo, à não concretização das expectativas consagradas no orçamento, no que concerne às Transferências.



A **Venda de Bens de Investimentos** compreende os rendimentos provenientes da alienação a título oneroso, de bens de capital, que aquando da sua aquisição/construção, tenham sido contabilizados como investimento.

Entende-se por **Transferências de Capital** os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados a financiar despesa com aquisição/construção de bens de investimentos

	Orçamento	Valor	Execução
	Inicial / Final	Executado	%
Transferência de Capital	4 591 596,00	2 261 638,52	49,3
Setor Empresarial	1 650 100,00	312 186,62	18,92
Estado	972 254,00	972 154,00	99,99
Participação Comunitária em Projetos Co - Financiados	1 179 142,00	815 491,25	69,16
Fundo e Serviços Autónomos	740 100,00	161 806,65	21,86
Administração Local	50 000,00	0,00	0,00

No **Setor Empresarial** está incluída a verba referente ao Protocolo assinado entre o Município e a EDP, no valor de € 1.500.000,00, sendo que, nesse âmbito, foi efetivada transferência, no valor € 312.186,62 €, diz respeito à obra “Recuperação das Margens do Cavado II”.

As transferências efetuadas pelo **Estado** – OE/2014, dizem respeito ao FEF (Fundo Equilíbrio Financeiro - € 912.154.000,00, os restantes 60.000,00 € correspondem à transferência efetuada pelo Ministério de Educação, (conforme protocolo), para manutenção e apetrechamento de Escolas.

O Quadro de Referência de Estratégia Nacional – QREN (2007/2013), apesar de 2013 ser o último ano de vigência, ainda se encontra receita por transferir de obras concluídas (pagas), bem como de investimentos que ainda estão a decorrer.

Comparticipação Comunitária	Valor
Equipamentos Limpa Neves	24 569,26
Ecomuseu Polo Minas da Borralha	621 508,29
Loja de Turismo	121 653,37
Ecomuseu - Polo de Fafião	47 760,33
Total	815 491,25

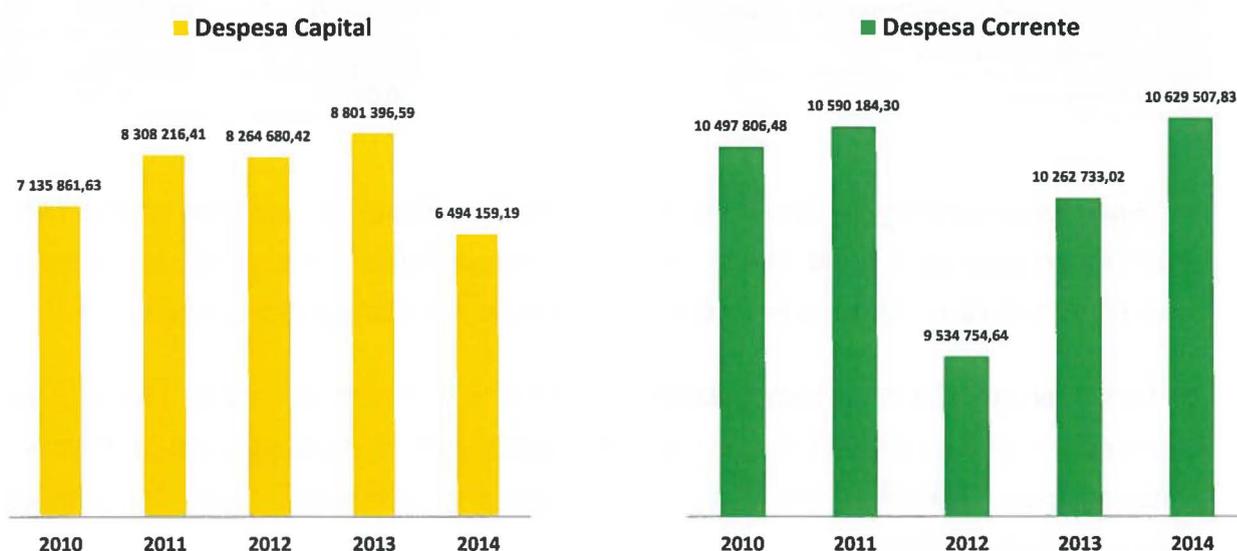
A rubrica **Fundos e Serviços Autónomos** reflete a transferência efetuada pelo IHRU (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana), no âmbito legado de Albino Fidalgo, para financiamento de habitação social (Edifício Albino Fidalgo II).

A rubrica de Passivos Financeiro apresenta uma execução de 0%, pois o Município neste ano, não recorreu a empréstimo bancário.

4.2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA

Neste capítulo propomos uma análise da despesa por classificação económica (classificador económico publicado pelo Decreto –Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro), que permite auferir da concretização das previsões inicial / final, com a sua execução e respetivos desvios.

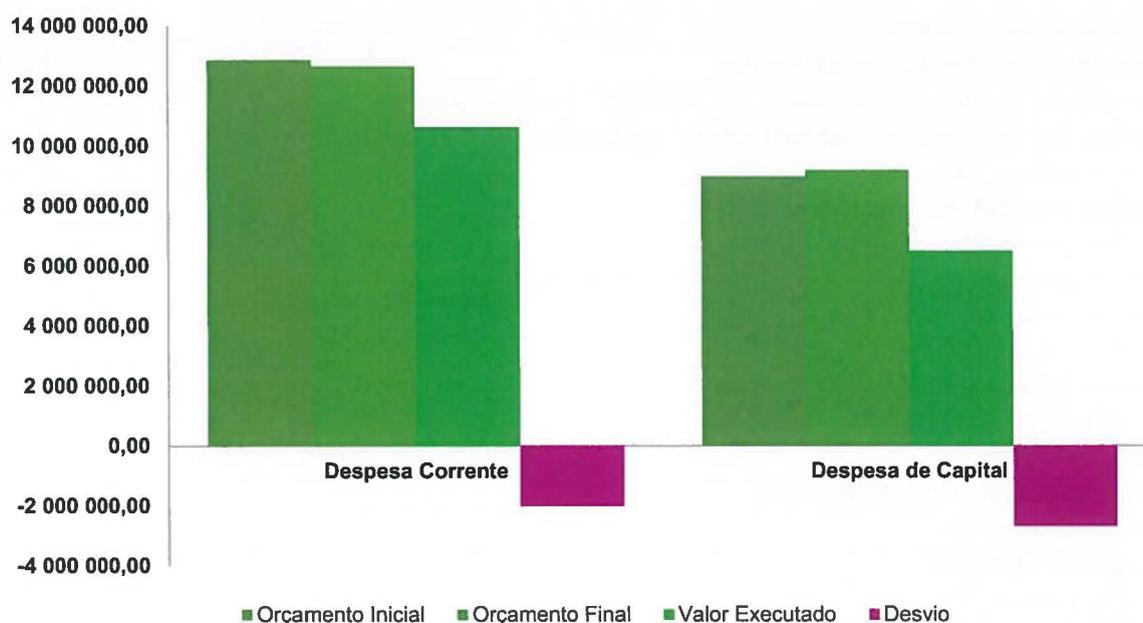
A execução da despesa está condicionada ao valor das receitas arrecadadas, nos respetivos anos económicos.



RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

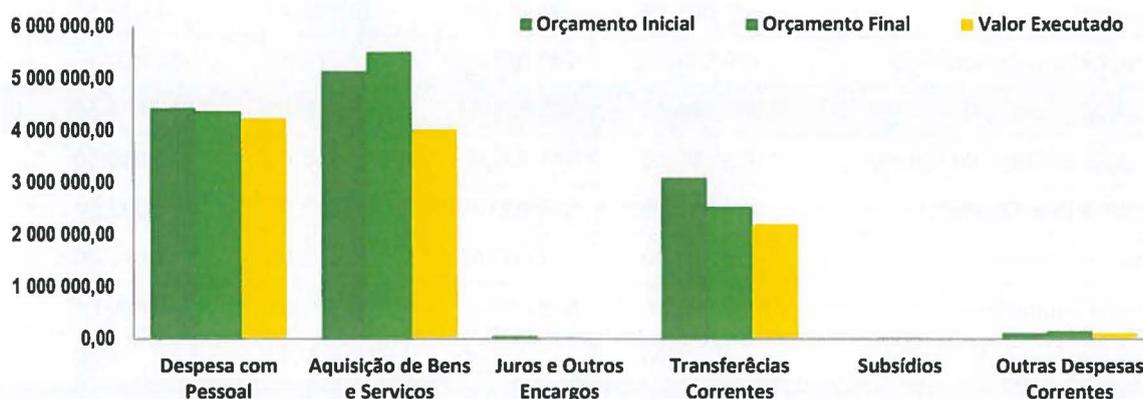
	Orçamento		Valor	Desvios	Execução
	Inicial	Final	Executado		%
Despesa Corrente	12 856 499,00	12 647 999,00	10 629 757,83	-2 018 241,17	84,04
Despesa com Pessoal	4 428 009,00	4 374 009,00	4 230 926,32	-143 082,68	96,73
Aquisição de Bens e Serviços	5 143 888,00	5 512 888,00	4 017 481,85	-1 495 406,15	72,87
Juros e Outros Encargos	61 001,00	31 901,00	25 451,54	-6 449,46	79,78
Transferências Correntes	3 093 600,00	2 539 200,00	2 207 532,14	-331 667,86	86,94
Subsídios	10 001,00	30 001,00	25 986,13	-4 014,87	86,62
Outras Despesas Correntes	120 000,00	160 000,00	122 379,85	-37 620,15	76,49
Despesa de Capital	8 973 501,00	9 182 001,00	6 494 159,19	-2 687 841,81	70,73
Aquisição de Bens de Capital	7 653 500,00	7 861 500,00	5 215 541,44	-2 645 958,56	66,34
Transferências Capital	514 000,00	514 500,00	480 217,76	-34 282,24	93,34
Ativos Financeiros	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00
Passivos Financeiros	805 000,00	805 000,00	798 399,99	-6 600,01	99,18
Outras Despesas de Capital	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,00
Total da Despesa	21 830 000,00	21 830 000,00	17 123 917,02	-4 706 082,98	78,44

A **Despesa Total** no ano económico de 2014, apresentou uma execução de **78,44%**, em relação ao previsto em orçamento, situando-se o desvio em **21,56%**.



4.2.1 – EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE

As Despesas Correntes, compostas principalmente pelas despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços, assumem um comportamento pouco flexível em face das pressões que sobre elas possam ser exercidas pela gestão, uma vez que se tratam de despesas fixas de funcionamento. Neste grupo de despesa encontram-se também as transferências correntes, subsídios e outras despesas correntes.



Despesas com Pessoal

A Despesa com Pessoal no Município de Montalegre, representou no ano 2014, **39,8%** da despesa correntes e **24,7%**, do total das despesas, desagregada da seguinte forma:

DESPESAS COM O PESSOAL	4 230 926,32
REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	3 243 852,59
TITULARES DE ORGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	81 498,10
PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	2 243 949,83
PESSOAL EM FUNÇÕES	2 243 949,83
PESSOAL CONTRATADO A TERMO	137 932,15
PESSOAL EM FUNÇÕES	107 191,99
RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	30 740,16
PESSOAL EM REGIME DE TAREFA OU AVENÇA	6 578,87
PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	10 094,99
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	43 068,87
ESTÁGIOS PROFISSIONAIS	43 068,87
REPRESENTAÇÃO	33 197,95
MEMBROS DOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS	23 249,80
PESSOAL DO QUADRO	9 948,15
SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	273 463,61
PESSOAL EM FUNÇÕES	237 792,03
PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	32 545,94
MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	3 125,64
SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	413 780,49
PESSOAL EM FUNÇÕES	380 635,58

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	33 144,91
REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	287,73
ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	87 467,03
HORAS EXTRAORDINÁRIAS	10 141,20
AJUDAS DE CUSTO	40 872,67
ABONO PARA FALHAS	11 017,42
INDMNIZAÇÕES POR CESSAÇÃO DE FUNÇÕES	1 970,90
OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS	23 464,84
OUTROS	23 464,84
SEGURANÇA SOCIAL	899 606,70
ENCARGOS COM A SAÚDE	136 069,88
SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	25 408,64
OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	4 690,50
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	699 169,91
ADSE	7 380,38
SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS	691 789,53
CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÃO	546 851,92
SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	144 937,61
OUTRAS PENSÕES	3 912,08
SEGUROS	29 123,22
SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	29 123,22
OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	1 232,47
EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	1 232,47



O aumento da despesa com pessoal deveu-se a imposições legais, ou seja, a reposição do subsídio de férias e ao aumento da participação da entidade para a Caixa Geral de Aposentação.

Os serviços de medicina e os serviços de higiene e segurança no trabalho, são de natureza imperativa, e no ano 2014 por razões técnicas, estiveram a cargo de Empresas externas, fazendo parte do grupo de despesa 02 – Aquisição de bens e serviços.

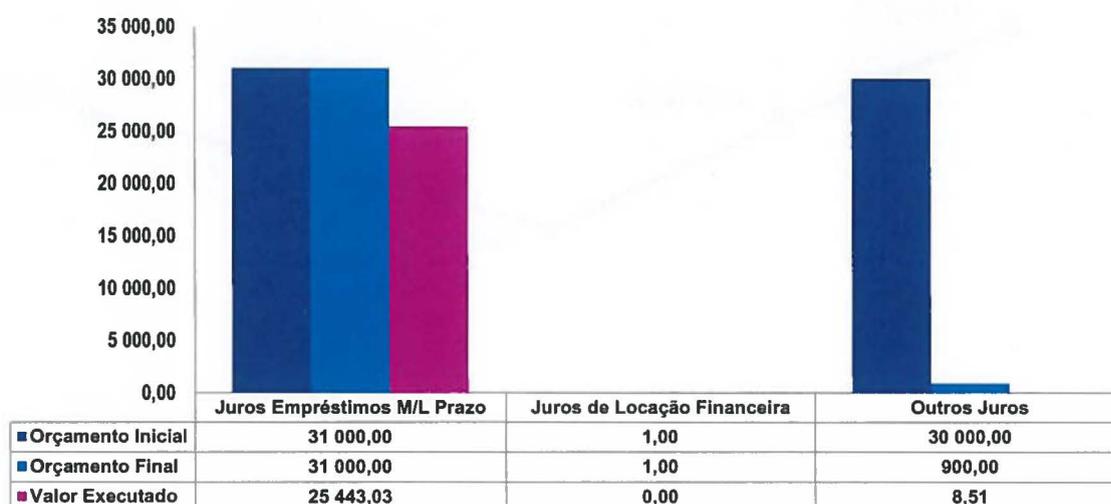
No agrupamento **Aquisição de Bens e Serviços Correntes**, incluem-se despesas quer com os bens de consumo, quer ainda, com aquisição de serviços.

Este agrupamento económico desagrega-se em dois subagrupamentos, - Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços que são constituídos por diversas rubricas com alguma expressão financeira.

Na análise ao quadro infra, constata-se que a execução deste grupo de despesa é de 72,87%, em relação ao previsto em orçamento.

	Orçamento		Valor	Desvios	Execução
	Inicial	Final	Executado		%
Aquisição de Bens e Serviços	5 143 888,00	5 512 888,00	4 017 481,85	-1 495 406,15	72,87
Aquisição de Bens	772 000,00	798 000,00	608 614,37	-189 385,63	76,27
Aquisição de Serviços	4 371 888,00	4 714 888,00	3 408 867,48	-1 306 020,52	72,30

Na rubrica de **Juros e Outros Encargos**, inscrevem-se despesas referentes a encargos correntes da dívida, ou seja, juros provenientes da contratação de Empréstimos, os juros suportados com Locação financeira e ainda juros contraídos de acordo com a legislação em vigor.



Transferências Correntes – Compreendem as importâncias concedidas a quaisquer organismo ou entidade sem qualquer contrapartida, quando tiradas do rendimento corrente da Autarquia para financiar despesa corrente do destinatário.

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

	Orçamento		Valor	Desvios	Execução %
	Inicial	Final	Executado		
Transferências Correntes	3 093 600,00	2 539 200,00	2 207 532,14	-331 667,86	86,94
Agrupamento de Escolas	10 000,00	10 000,00	4 298,00	-5 702,00	42,98
Municípios	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00
Freguesias	54 000,00	44 000,00	39 900,00	-4 100,00	90,68
Associações Municípios	20 000,00	20 000,00	12 000,00	-8 000,00	60,00
Regiões de Turismo	2 500,00	500,00	0,00	-500,00	0,00
Desportos e Tempos Livres	286 000,00	212 500,00	211 430,00	-1 070,00	99,50
Acção Social	52 000,00	52 000,00	51 000,00	-1 000,00	98,08
Cultura	143 700,00	270 700,00	265 756,40	-4 943,60	98,17
Outras	2 452 400,00	1 886 500,00	1 612 555,39	-273 944,61	85,48
Famílias	72 000,00	42 000,00	10 592,35	-31 407,65	25,22

As Transferências Correntes encontram-se espelhadas no Plano de Atividades Municipais, assim com mapa onde constam os valores e os destinatários, integra os Documentos de Prestação de Contas.

Esta rubrica apresenta um valor significativo € 2.207.532,14, teve uma execução de 86,94%, face à previsão orçamental.

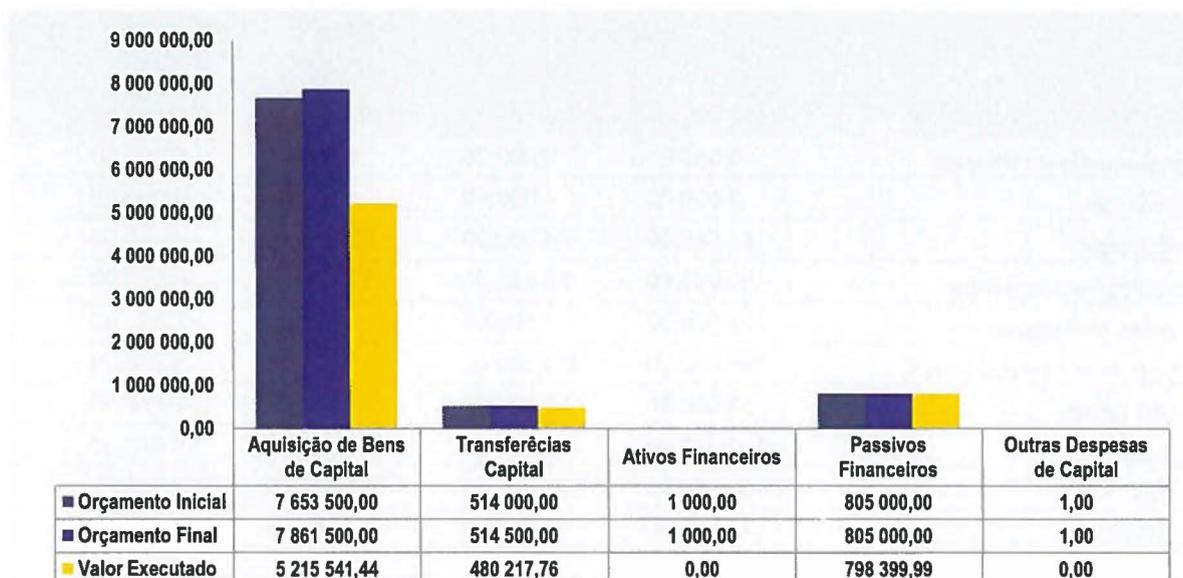
Subsídios – Esta rubrica diz respeito às compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional e apoio a famílias, teve uma execução de 86,62% em relação ao orçamento.

	Orçamento		Valor	Desvios	Execução %
	Inicial	Final	Executado		
Subsídios	10 001,00	30 001,00	25 986,13	-4 014,87	86,62
Contratos Emprego e Inserção	10 000,00	30 000,00	25 986,13	-4 013,87	86,62
Outros	1,00	1,00	0,00	-1,00	0,00

Outras Despesas Correntes – É um capítulo composto por rubricas que têm um carácter meramente residual, apresentou uma execução face ao orçamento de 76,49%.

4.2.2. – EXECUÇÃO DA DESPESA DE CAPITAL

As componentes da **Despesa de Capital**, circunscrevem-se quase exclusivamente, à **Aquisição de Bens de Capital**, cujo montante representa 80,31% da despesa de capital e 30,45% da totalidade da despesa.



As **Aquisições de Bens de Investimento** encontram-se descritas no PPI – Plano Plurianual de Investimentos.

As **Transferências de Capital** revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença que estas, se destinam a financiar despesas de capital dos organismos ou entidades receptoras.

As **Transferência Capital** encontram descritas no PAM – Plano de Atividades Municipais e o mapa com os valores e destinatários faz parte dos documentos de prestação de contas, no ano em curso apresentou uma execução face ao orçamento de 93,34%.

	Orçamento		Valor Executado	Desvios	Execução %
	Inicial	Final			
Transferência de Capital	514 000,00	514 500,00	480 217,76	-34 282,24	93,34

A rubrica **Passivos Financeiros** reporta-se às amortizações pagas com os empréstimos de médio e longo prazo, representando 12,29% da despesa de capital e 4,66% do total da despesa paga.

4.3 – AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP'S), constituídas pelo PPI – Plano Plurianual de Investimentos e pelo PAM – Plano Atividades Municipais, têm um horizonte móvel de quatro anos e apresentam-se organizados por classificação funcional.

Neste documento são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico do município, nas áreas em que tem atribuídas competências legais, representando o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal.

Analisando o quadro infra as GOP'S em face ao previsto em orçamento, apresentam uma execução de 73,7%

	Orçamento		Valor Executado	Desvio	Taxa Execução
	Inicial	Final			
GOP'S	15 781 100,00	15 744 200,00	11 604 264,89	-4 139 935,11	73,71
PAM	8 127 600,00	7 882 700,00	6 388 723,45	-1 493 976,55	81,05
PPI	7 653 500,00	7 861 500,00	5 215 541,44	-2 645 958,56	66,34



4.3.1. – EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS

Neste documento encontram-se descritas as principais ações e programas de natureza corrente, considerados pela sua relevância, os Transferências de Capital e as amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo.

A sua taxa de execução do **PAM – Plano Atividades Municipais**, em relação ao previsto em orçamento foi de **81,15%**.

Como se pode analisar pelo quadro abaixo representado, o grupo de despesa **Outras Funções** representam 34,75 % das despesas inscritas no PAM, sendo as Transferências entre Administrações a que mais influência apresenta, sendo que, o grupo **Funções Sociais** apresenta também uma taxa de despesa de **33,83%**.

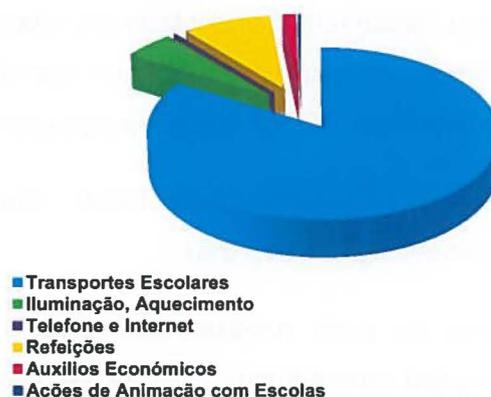
RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

	Orçamento		Valor	Desvio	Taxa
	Inicial	Final	Executado		Execução
Funções Gerais	981 400,00	965 500,00	742 840,45	-222 659,55	76,94
Serviços Gerais de Administração Pública	860 000,00	815 000,00	609 040,61	-205 959,39	74,73
Segurança e Ordem Pública	121 400,00	150 500,00	133 799,84	-16 700,16	88,90
Funções Sociais	2 808 700,00	2 889 200,00	2 161 629,13	-727 570,87	74,82
Educação	1 267 500,00	1 301 500,00	834 019,10	-467 480,90	64,08
Ação Social	352 000,00	387 000,00	338 118,30	-48 881,70	87,37
Habitação	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00
Saneamento	210 000,00	210 000,00	184 277,06	-25 722,94	87,75
Abastecimento de Água	61 000,00	51 000,00	38 901,91	-12 098,09	76,28
Resíduos Sólidos	475 000,00	485 000,00	364 173,46	-120 826,54	75,09
Proteção Meio Ambiente C. Natureza	45 000,00	30 000,00	24 690,71	-5 309,29	82,30
Cultura	266 200,00	296 200,00	261 195,18	-35 004,82	88,18
Desporto, Recreio e Lazer	131 000,00	127 500,00	116 253,41	-11 246,59	91,18
Funções Económicas	1 157 000,00	1 710 000,00	1 263 894,34	-446 105,66	73,91
Indústria e Energia	460 000,00	586 000,00	441 812,50	-144 187,50	75,39
Comércio e Turismo	415 000,00	636 000,00	530 056,93	-105 943,07	83,34
Outras Funções Económicas	282 000,00	488 000,00	292 024,91	-195 975,09	59,84
Outras Funções	3 180 500,00	2 318 000,00	2 220 359,53	-97 640,47	95,79
Operações da Dívida Autárquica - Amortizações	805 000,00	805 000,00	798 399,99	-6 600,01	99,18
Transferências entre Administrações	2 374 500,00	1 512 000,00	1 421 959,54	-90 040,46	94,04
Diversas	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00

No concerne às **Funções sociais**, a **Educação** é a rubrica com um valor mais significativo, com um valor de € 834.019,10.

	Valor Executado
Educação	834 019,10
Transportes Escolares	698 915,59
Iluminação, Aquecimento	43 588,81
Telefone e Internet	1 724,78
Refeições	76 176,36
Auxílios Económicos	11 196,66
Ações de Animação com Escolas	2 416,90

Para que haja igualdades de oportunidades no acesso ao ensino, a Autarquia atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência.



O valor de € 338.118,30, que aparece na rubrica Ação Social, na sua maioria corresponde à **Transferência de Capital** efetuada para a Misericórdia de Montalegre, (256.000,00€ para UCC unidade de Cuidados continuados e 20.000,00€ para o Lar S. José).

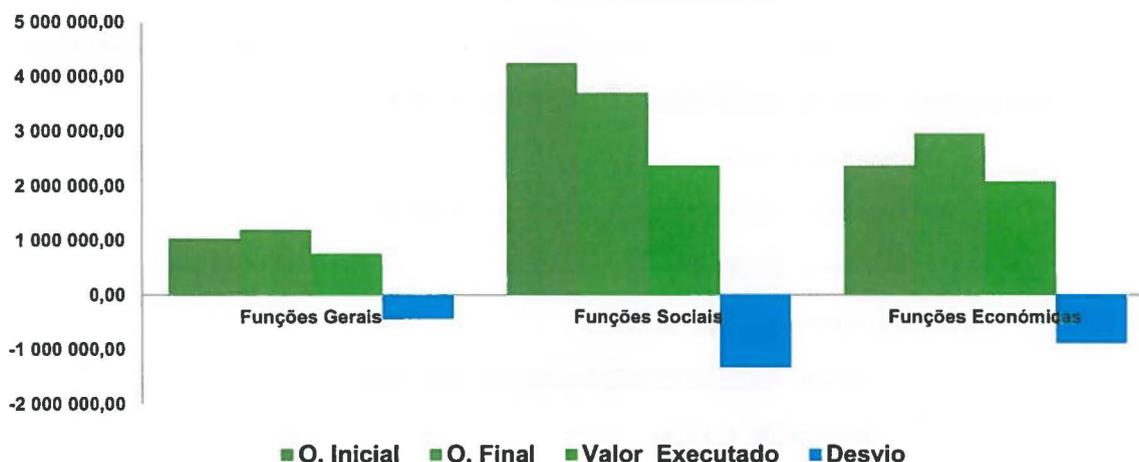
As **Funções Económicas** apresentam uma execução de € 1.263.894,34, são constituídas por três grupos de Despesa:

- Industria e Energia, ou seja, a **Iluminação Pública**, com um valor de 441.812,50 €, que correspondem à faturação referente ao 4º trimestre de 2013 e a três trimestres de 2014.
- Do grupo de despesa Comércio e Turismo fazem parte todas as atividades de promoção e divulgação do concelho – Feira do Fumeiro, Sexta 13, Concursos Pecuários, Provas de Desporto Automóvel, Volta a Portugal, e outras iniciativas de promoção.
- As Outras Funções Económicas dizem respeito a Transferências correntes efetuadas para diversos apoios à economia local, assim como, apoio à produção pecuária, apoio à produção ovina e caprina.

4.3.2. – EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

São incluídos neste documento os projetos que traduzem os investimentos diretos da Autarquia.

No ano 2014 o **Plano Plurianual de Investimentos – PPI** absorveu € 5.215.541,44, representado 30,45% do total da despesa do município, a sua execução foi de 66,34% em relação ao previsto no orçamento corrigido.



RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

	Orçamento		Valor	Desvio	Taxa Execução
	Inicial	Final	Executado		
Funções Gerais	1 038 000,00	1 198 400,00	759 209,49	-439 190,51	63,35
Serviços Gerais de Administração Pública	965 000,00	1 137 200,00	759 209,49	-377 990,51	66,76
Segurança e Ordem Pública	73 000,00	61 200,00	0,00	-61 200,00	0,00
Funções Sociais	4 245 000,00	3 703 000,00	2 372 031,74	-1 330 968,26	64,06
Educação	42 000,00	95 000,00	31 103,94	-63 896,06	32,74
Habitação	705 000,00	581 000,00	359 411,94	-221 588,06	61,86
Ordenamento do Território	550 000,00	475 500,00	100 643,75	-374 856,25	21,17
Saneamento	595 000,00	287 500,00	112 155,80	-175 344,20	39,01
Abastecimento de Água	530 000,00	457 000,00	342 994,03	-114 005,97	75,05
Resíduos Sólidos	1 000,00	1 000,00	0,00	-1 000,00	0,00
Proteção Meio Ambiente C. Natureza	354 000,00	355 000,00	344 975,45	-10 024,55	97,18
Cultura	1 351 000,00	1 112 000,00	803 374,54	-308 625,46	72,25
Desporto, Recreio e Lazer	116 000,00	319 000,00	268 737,69	-50 262,31	84,24
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	1 000,00	20 000,00	8 634,60	-11 365,40	43,17
Funções Económicas	2 370 500,00	2 960 100,00	2 084 300,21	-875 799,79	70,41
Indústria e Energia	300 000,00	85 500,00	64 932,17	-20 567,83	75,94
Transportes e Comunicações	2 070 500,00	2 874 600,00	2 019 368,04	-855 231,96	70,25

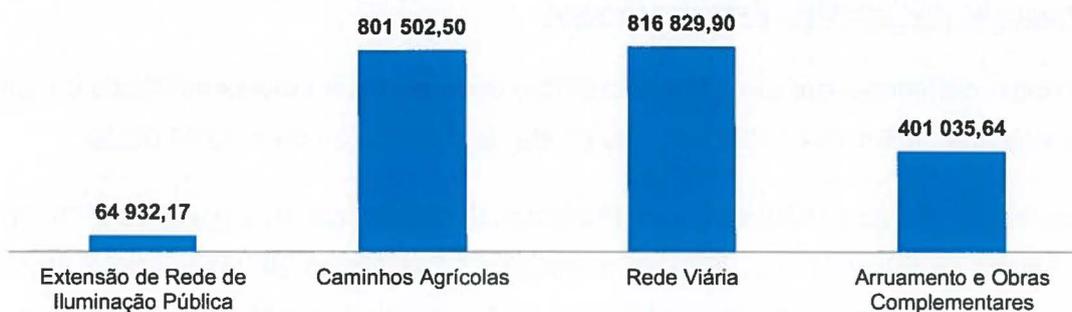
Na análise da intervenção sectorial, as **Funções Sociais** são as mais representativas, com 45,48% do total das despesas do PPI (Plano Plurianual de Investimentos).

As **Funções Sociais** abrangem os serviços que atendem à satisfação de necessidades tais como a educação, habitação, saneamento básico, abastecimento de água e os serviços recreativos, culturais, religiosos e outros.



A **cultura** é a rubrica que apresenta um valor mais significativo com um valor de € 803.374,54, onde se encontram os investimentos de cariz cultural: Ecomuseu Polo de Fafião, Loja de turismo, Parque temático das Minas da Borralha.

As **Funções económicas** abrangem as rubricas de construção e melhoramento de caminhos agrícolas, extensão de rede de iluminação pública, rede viária, arruamentos e obras complementares.



5 – ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO / ENDIVIDAMENTO

Conta	Descrição da Dívida	Dívida Apurada 1 de Janeiro	Dívida Apurada 31 de Dezembro	OBS
23	Empréstimos de Médio e Longo Prazo			
	CGD			
	0501/000407/091	766 283,45	625 610,74	
	0501/000516/691	1 147 280,38	947 232,84	
	9015/002271/891	374 071,25	327 996,41	
	9015/002328/591	18 444,76	12 699,34	
	9015/002381/191	15 116,80	10 408,02	
	9015/002382/991	12 813,66	8 822,29	
	9015/004084/891	376 236,76	343 285,87	
	9015/004085/691	51 166,89	46 685,69	
	BPI			
	3249200-830-001	574 130,60	505 416,30	
	3249200-830-002	540 494,24	497 052,82	
	BBVA			
	978660000537	98 085,26	90 078,30	
	978660000628	867 085,21	800 386,33	
	CCAM			
		40 271,48	0,00	
	Estado - DGTF			
	Programa pagar a Tempo e Horas	518 929,20	403 611,60	
	Programa Regularização Extraordinária Dívida	172 766,00	155 489,40	
	SOMA DE I	5 573 175,94	4 774 775,95	

RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2014

Curto Prazo				
22.1	Fornecedor C / C	0,00	170 583,25	
26.1	Fornecedor Imobilizado	0,00	221 006,71	
24	Estado e Outros Entes Público	54 637,10	58 826,18	
26.3 + 26.8	Outros Credores	783 600,34	1 783 592,85	
	SOMA DE II	838 237,44	2 234 008,99	
	TOTAL	6 411 413,38	7 008 784,94	

Movimento ao nível do Balancete de terceiros

O Município de Montalegre em 31 de Dezembro apresenta uma dívida de Médio e Longo Prazo – Empréstimos de € 4.774.775,95, e uma dívida de curto prazo de € 2.234.00,99.

Nas contas 24 (Estado e Outros Entes Públicos), 26.3 (sindicatos) e parte da 26,8, encontram-se os valores de terceiros à guarda do município – Operações de tesouraria € 990.518,49, e ainda o registo de € 820.399,06 e referentes ao Fundo de Apoio Municipal a realizar nos anos 2015 a 2021.

No cumprimento do Artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), “ 1 - A dívida total de operações orçamentais, incluindo a das entidades previstas no Artigo 54º da referida Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

	2011	2012	2013	MÉDIA
Receita Corrente Cobrada	12 135 639,00	12 098 678,00	14 193 124,00	12 809 147,00

Dívida total do município a 31-12-2014					
Empréstimos	Locação financeira	Fornecedores c/c	Fornecedores Imob.	Outros credores	Total
4 774 775,95	0,00	170 583,25	221 006,71	31 501,28	5 197 867,19

Dívida total das entidades associativas municipais em 31-12-2014							
Entidade	Empréstimos	Locação financeira	Fornecedores c/c	Fornecedores Imob.	Outros credores	Total	Reporte ao Município
AMAT	0,00	0,00	51 660,00	0,00	0,00	51 660,00	8 610,00
CIM-AT	0,00	0,00	136 688,46	0,00	0,00	136 688,46	22 781,41
ANMP	0,00	0,00	24 705,60	0,00	83 043,04	107 748,64	343,07
AE-TM	0,00	0,00	0,00	0,00	870,86	870,86	145,14
						TOTAL	31 879,63

RELATÓRIO DE GESTÃO - ANO 2014

Dívida total das empresas locais									
Entidade	RAI 2014	% Participação	Empréstimos	Locação financeira	Fornecedores c/c	Fornecedores AF	Outros credores	Total	Reporte ao Município
EHATB	2 225 082,74	16,66%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00

Dívida total das empresas participadas									
Entidade	RAI 2014	% Participação	Empréstimos	Locação financeira	Fornecedores c/c	Fornecedores AF	Outros credores	Total	Reporte ao Município
Eólica da Serra das Alturas	1 560 510,00	8,32%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00
Empresa Eólica do Barroso	101 525,23	6,67%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00
Eólica da Padrela	105 451,10	6,67%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00
Atberg - Eólica do Alto Tâmega	636 815,22	6,67%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00
Empreendimento Eólico de Viade	89 937,94	3,33%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00
Eólica de Montenegro	3 040 954,00	8,32%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00
Eólica de Atilhó	209 710,94	8,33%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00
Matadouro Regional B.A.T., S.A.	n.d.	20,00%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	0,00	0,00
								TOTAL	0,00

Dívida total do Município	5 229 746,82
Limite máximo da dívida total	19 213 720,50
Capacidade utilizada	27,05%
Margem	14 015 853,31

6 – SITUAÇÃO ECONÓMICA / FINANCEIRA

BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Balanço e a Demonstração de Resultados, em conjunto com o Mapa de Fluxo de Caixa apresentados, proporcionam uma visão completa sobre a situação financeira, patrimonial, económica e monetária do Município de Montalegre.

Para essa análise foi elaborado o Balanço:

RELATÓRIO DE GESTÃO – ANO 2014

BALANÇO 31 / 12 / 2014					
ATIVO	AB	A/P	AL	PASSIVO	
IMOBILIZADO	189 275 469,40	96 220 848,34	93 054 621,06	FUNDOS PRÓPRIOS	68 251 842,35
Bens Domínio Público	131 974 935,73	81 388 552,95	50 586 382,78	Património	100 950 969,37
Imobilizações Incorpóreas	89 236,20		89 236,20	Ajustamentos	1 591 110,22
Imobilizações Corpóreas	52 251 710,30	14 832 295,39	37 419 414,91	Doações	1 238 118,66
Investimentos Financeiros	4 959 587,17		4 959 587,17	Resultados Transitados	-33 103 439,01
CIRCULANTE	2 900 072,57	0,00	2 900 072,57	Resultado Líquido Exercício	-2 424 916,89
Existências	352 731,72		352 731,72	PASSIVO	27 702 851,28
Dívida de Terceiros C/P	365 467,12		365 467,12	Provisões para Riscos e Encargos	545 662,41
Depósito Instituições F. e Caixa	1 341 274,42		1 341 274,42	Dívida a Terceiros a M/L Prazo	4 711 221,01
Acréscimos e Deferimentos	840 599,31		840 599,31	Dívida a Terceiros a Curto Prazo	2 297 563,93
				Acréscimos e Deferimentos	20 148 403,93
TOTAL DO ATIVO	192 175 541,97	96 220 848,34	95 954 693,63	TOTAL F. PRÓPRIOS + PASSIVO	95 954 693,63

O registo da dívida a terceiros de M /L Prazo e de Curto Prazo, no balanço apresenta valores diferentes ao quadro do ponto 5, no Balanço foi considerada dívida de curto prazo ao valor (previsão) das amortizações a pagar no ano de 2015, assim como, O valor a subscrever no Fundo de Apoio Municipal foi registado e balanço como dívida de M/L prazo com excepção aos 117.200,00 € a entregar no ano de 2015

O conjunto de Bens e direitos que compõem o Ativo do Município totalizam, a 31 de dezembro € 95.954.693,63,

O Passivo do município é principalmente de M/L Prazo, não fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo ainda um peso reduzido, quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

A aplicação do Princípio da especialização e de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os Custos e Proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados / recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação à Transferências recebidas pelo município para comparticipação em bens de investimentos, só deverão ser reconhecidos como proveito na mediada em que os mesmos forem contabilizados em depreciações/amortizações, enquanto tal, esses valores estão refletidos na rubrica de Acréscimos e deferimentos (passivo) – 19.255.839,53 €. É de sublinhar que este valor apesar de estar inscrito no passivo, não corresponde a nenhuma forma de dívida do município.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Município de Montalegre encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2014 com um **Resultado Líquido de Exercício de € - 2.424.916,89**, motivado pelo elevado custo com as amortizações, € 7.457.243,26

RESULTADOS OPERACIONAIS	-5 520 142,98
RESULTADOS FINANCEIROS	2 648 191,25
RESULTADOS CORRENTES	-2 871 951,73
RESULTADO LÍQUIDO EXERCÍCIO	-2 424 916,89

Os **Resultados Operacionais** também conhecidos por resultados económicos, reflete os ganhos ou as perdas do município no ano 2014 num valor negativo € -5.520.142,98. Para este resultado concorreram os **Proveitos Operacionais** (Impostos, Taxas, Vendas e Prestações de Serviços e pelas Transferências correntes) com um valor de € 13.157.533,28, e os **Custos Operacionais** (CMVMC, FSE, custos com pessoal, custos com amortizações, transferências e subsídios correntes) com o valor €18.677.676,26.

Os Resultados **Financeiros** no exercício económico de 2014, foram positivos, € 2.648.191,25. Tendo contribuído para este saldo o rendimentos de propriedade.

MAPA DE FLUXO DE CAIXA

O mapa de fluxo de caixa apresenta os recebimentos e pagamentos na óptica orçamental, assim como as operações de tesouraria.

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da gerência Anterior	1 139 397,53 €	Despesas Orçamentais	17 123 667,02 €
Execução Orçamental	326 593,89 €	Correntes	10 629 507,83 €
Operações de Tesouraria	812 803,64 €	Capital	6 494 159,19 €
Receitas Orçamentais	17 147 829,06 €	Operações de Tesouraria	958 312,84 €
Correntes	14 770 046,42 €		
Capital	2 377 782,64 €	Saldo para a Gerência Seguinte	1 341 274,42 €
Outras		Execução Orçamental	350 755,93 €
Operações de Tesouraria	1 136 027,69 €	Operações de Tesouraria	990 518,49 €
Total	19 423 254,28 €	Total	19 423 254,28 €



Presente em reunião ordinária/extraordi-
nária do executivo Municipal de
Montalegre, 15/04/20

O Presidente da Câmara

O Vereador

2014

ANEXOS

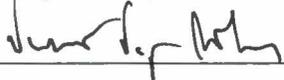
ANEXO IV

SINTESE DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Designação da Entidade	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
Gerência	01 de janeiro a 31 de dezembro

IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA			SALDO DO EXTRACTO BANCÁRIO	SALDO CONTABILÍSTICO	OBSERVAÇÕES
Código	Banco	N.º Conta			
0007	BES	10428000133	- €	- €	
0010	BPI	32492000101	3 519,99 €	3 519,99 €	
0010	BPI	32492000102	- €	- €	
0019	BBVA	200119425	7 120,30 €	7 120,30 €	
0021	STO	02563497001	- €	- €	
0021	STO	29610714020	59 404,97 €	59 404,97 €	
0033	BCP	45222210339	- €	- €	
0035	CGD	00000265930	466 115,14 €	244 146,84 €	1)
0035	CGD	00000316730	21 592,87 €	21 592,87 €	
0035	CGD	00004983330	106 067,26 €	106 067,26 €	
0045	CCAM	40086904012	36 110,46 €	27 500,46 €	1)
0045	CCAM	40086904012P	- €	- €	
0045	CCAM	40249004532	812 315,09 €	824 881,96 €	1)
0079	BIC	00010759930	31 945,79 €	5 923,45 €	1)
0079	BIC	00010759930P	- €	- €	
0079	BIC	18132410101	39 603,93 €	39 603,93 €	
TOTAL				1 339 762,03 €	

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura:  _____

O Presidente do Órgão Executivo

Assinatura:  _____

Na coluna **a)** indicar o valor do saldo constante do Extracto Bancário à data 31 / 12 / N
 Na coluna **b)** a importância do Resumo D. Tesouraria
 Na coluna **c)** Indicar para cada conta consoante a situação, um dos seguintes casos:

- 1) Reconciliação efectuada e justificadas divergências
- 2) Reconciliação efectuada e não justificadas divergências
- 3) Reconciliação não efectuada

MAPA DAS RECONCILIAÇÕES BANCÁRIAS

Período: 2014/01/02 a 2014/12/31

Entidade : MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

IDENTIFICAÇÃO BANCÁRIA		MOVIMENTOS NÃO CONTABILIZADOS		SALDO DO EXTRACTO BANCÁRIO	VALORES EM TRÂNSITO		OUTRAS OPERAÇÕES		TOTAL	SALDO CONTABILÍSTICO
Banco	N.º de conta	A Somar	A Abater		Cheques	Depósitos	A Adicionar	A Subtrair		
0007	10428000133	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
0010	32492000101	- €	- €	3 519,99 €	- €	- €	- €	- €	3 519,99 €	3 519,99 €
0010	32492000102	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
0019	200119425	- €	- €	7 120,30 €	- €	- €	- €	- €	7 120,30 €	7 120,30 €
0021	02563497001	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
0021	29610714020	- €	- €	59 404,97 €	- €	- €	- €	- €	59 404,97 €	59 404,97 €
0033	45222210339	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
0035	00000265930	- €	- €	466 115,14 €	221 968,30 €	- €	- €	- €	244 146,84 €	244 146,84 €
0035	00000316730	- €	- €	21 592,87 €	- €	- €	- €	- €	21 592,87 €	21 592,87 €
0035	00004983330	- €	- €	106 067,26 €	- €	- €	- €	- €	106 067,26 €	106 067,26 €
0045	40086904012	- €	- €	36 110,46 €	- €	- €	- €	8 610,00 €	27 500,46 €	27 500,46 €
0045	40086904012P	- €	- €	- €	- €	500 000,00 €	1 500 000,00 €	2 000 000,00 €	- €	- €
0045	40249004532	- €	- €	812 315,09 €	5,25 €	12 572,12 €	- €	- €	824 881,96 €	824 881,96 €
0079	00010759930	- €	- €	31 945,79 €	26 022,34 €	- €	- €	- €	5 923,45 €	5 923,45 €
0079	00010759930P	- €	- €	- €	- €	- €	500 000,00 €	500 000,00 €	- €	- €
0079	18132410101	- €	- €	39 603,93 €	- €	- €	- €	- €	39 603,93 €	39 603,93 €

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	2014
--------------------------------	-------------

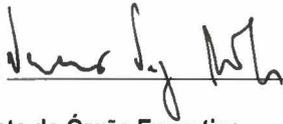
Designação da Entidade	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
Gerência	01 / 01 / 2014 a 31 / 12 / 2014

Titular do Fundo de Maneio	Ana Maria Dias Henrique Silva
Dotação Orçamental	02010202; 02022506; 020108
Valor do Fundo	1.800,00
Data da Constituição	14 / 01 / 2014

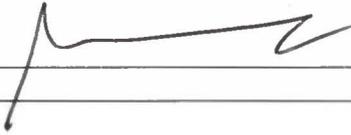
Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor
214	21/2/2014	28,18 €	781	9/5/2014	8,00 €	2204	15/9/2014	30,54 €
215	21/2/2014	84,36 €	782	9/5/2014	7,58 €	2202	15/9/2014	11,09 €
216	21/2/2014	31,05 €	783	9/5/2014	50,97 €	2203	15/9/2014	60,00 €
217	21/2/2014	78,30 €	784	9/5/2014	5,00 €	2205	15/9/2014	18,60 €
218	21/2/2014	4,50 €	785	9/5/2014	33,95 €	2206	15/9/2014	130,01 €
219	21/2/2014	19,66 €	1005	24/6/2014	6,00 €	2207	15/9/2014	150,01 €
355	13/3/2014	15,45 €	1006	24/6/2014	29,94 €	2208	15/9/2014	150,00 €
354	13/3/2014	152,70 €	1007	24/6/2014	4,00 €	2209	15/9/2014	20,00 €
353	13/3/2014	20,00 €	1008	24/6/2014	4,00 €	2627	6/10/2014	13,50 €
351	13/3/2014	0,64 €	1009	24/6/2014	111,61 €	2628	6/10/2014	7,80 €
350	13/3/2014	2,36 €	1010	24/6/2014	124,80 €	2629	6/10/2014	319,92 €
349	13/3/2014	2,00 €	1011	24/6/2014	5,35 €	3004	7/11/2014	274,86 €
348	13/3/2014	11,69 €	1292	9/7/2014	427,20 €	3002	7/11/2014	1,28 €
352	13/3/2014	9,30 €	1293	9/7/2014	7,00 €	3001	7/11/2014	63,25 €
588	9/4/2014	198,24 €	1294	9/7/2014	9,30 €	3000	7/11/2014	34,69 €
587	9/4/2014	26,00 €	1295	9/7/2014	27,88 €	2999	7/11/2014	20,60 €
586	9/4/2014	17,25 €	1297	9/7/2014	7,50 €	2998	7/11/2014	29,70 €
585	9/4/2014	59,90 €	1298	9/7/2014	14,90 €	3003	7/11/2014	90,00 €
584	9/4/2014	15,20 €	1299	9/7/2014	5,60 €	3005	7/11/2014	11,50 €
583	9/4/2014	40,00 €	1300	9/7/2014	3,50 €	3322	10/12/2014	61,08 €
582	9/4/2014	20,00 €	1301	9/7/2014	11,06 €	3323	10/12/2014	29,50 €
581	9/4/2014	22,99 €	1302	9/7/2014	400,03 €	3325	10/12/2014	15,00 €
580	9/4/2014	4,99 €	1816	26/8/2014	32,40 €	3501	22/12/2014	35,82 €
773	9/5/2014	20,00 €	1815	26/8/2014	1,28 €	3500	22/12/2014	44,30 €
774	9/5/2014	150,00 €	1812	26/8/2014	8,40 €	3499	22/12/2014	70,00 €
775	9/5/2014	50,00 €	1813	26/8/2014	61,50 €	3498	22/12/2014	16,50 €
776	9/5/2014	29,50 €	1814	26/8/2014	2,00 €	3492	22/12/2014	305,04 €
777	9/5/2014	11,30 €	1817	26/8/2014	2,00 €			
778	9/5/2014	2,50 €	1818	26/8/2014	30,54 €			
779	9/5/2014	5,54 €	1819	26/8/2014	450,00 €			
780	9/5/2014	2,85 €	1820	26/8/2014	50,00 €			
A transportar		1 136,45 €	A transportar		3 079,74 €	Total		5 094,33 €

ANEXO V

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura:  _____

O Presidente do Órgão Executivo

Assinatura:  _____

ANEXO V

MAPA DE FUNDO DE MANEIO	2014
--------------------------------	-------------

Designação da Entidade	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
Gerência	01 / 01 / 2014 a 31 / 12 / 2014

Titular do Fundo de Maneio	Maria João Silva Vieira Gonçalves
Dotação Orçamental	02010202; 02022506; 020108; 020213; 020211; 020121
Valor do Fundo	2.850,00
Data da Constituição	14 / 01 / 2014

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor
183	14/02/2014	184,10 €	790	09/05/2014	41,70 €	1826	19/08/2014	24,75 €
182	14/02/2014	20,70 €	791	09/05/2014	99,10 €	1827	19/08/2014	90,02 €
181	14/02/2014	39,75 €	792	09/05/2014	82,00 €	1828	19/08/2014	60,00 €
180	14/02/2014	30,00 €	793	09/05/2014	30,00 €	1829	19/08/2014	80,00 €
178	14/02/2014	51,10 €	794	09/05/2014	60,00 €	1830	19/08/2014	53,00 €
177	14/02/2014	332,10 €	795	09/05/2014	15,00 €	1831	19/08/2014	203,10 €
176	14/02/2014	105,00 €	796	09/05/2014	136,00 €	1832	19/08/2014	220,00 €
175	14/02/2014	260,60 €	797	09/05/2014	93,25 €	1833	15/09/2014	80,00 €
150	14/02/2014	70,00 €	1043	17/06/2014	401,00 €	2227	15/09/2014	281,10 €
179	14/02/2014	7,99 €	1049	17/06/2014	50,00 €	2226	15/09/2014	180,20 €
357	13/03/2014	86,34 €	1048	17/06/2014	128,75 €	2225	15/09/2014	32,50 €
358	13/03/2014	220,30 €	1047	17/06/2014	210,25 €	2224	15/09/2014	75,00 €
359	13/03/2014	272,00 €	1046	17/06/2014	77,00 €	2223	15/09/2014	92,00 €
360	13/03/2014	276,20 €	1045	17/06/2014	75,00 €	2222	15/09/2014	40,00 €
361	13/03/2014	163,30 €	1044	17/06/2014	92,40 €	2221	15/09/2014	20,00 €
564	09/04/2014	8,00 €	1296	09/07/2014	57,55 €	2220	15/09/2014	92,90 €
565	09/04/2014	7,50 €	1303	09/07/2014	24,05 €	2219	15/09/2014	175,00 €
566	09/04/2014	498,00 €	1305	09/07/2014	82,10 €	2637	08/10/2014	220,00 €
567	09/04/2014	30,00 €	1304	09/07/2014	87,50 €	2638	08/10/2014	216,00 €
568	09/04/2014	10,00 €	1306	09/07/2014	333,60 €	2639	08/10/2014	260,00 €
569	09/04/2014	20,00 €	1307	09/07/2014	29,50 €	2640	08/10/2014	12,00 €
570	09/04/2014	160,00 €	1308	09/07/2014	246,60 €	2641	08/10/2014	50,00 €
571	09/04/2014	30,00 €	1309	09/07/2014	51,13 €	2642	08/10/2014	44,85 €
572	09/04/2014	675,10 €	1310	09/07/2014	65,30 €	2643	08/10/2014	48,60 €
573	09/04/2014	80,10 €	1311	09/07/2014	13,80 €	2644	08/10/2014	120,20 €
574	09/04/2014	40,80 €	1312	09/07/2014	10,80 €	2645	08/10/2014	75,00 €
575	09/04/2014	179,80 €	1821	19/08/2014	14,90 €	2983	10/11/2014	29,70 €
786	09/05/2014	62,80 €	1822	19/08/2014	50,00 €	2984	10/11/2014	47,65 €
787	09/05/2014	225,00 €	1823	19/08/2014	81,80 €	2986	10/11/2014	152,10 €
788	09/05/2014	161,95 €	1824	19/08/2014	269,00 €	2987	10/11/2014	212,20 €
789	09/05/2014	294,65 €	1825	19/08/2014	458,00 €	2985	10/11/2014	40,00 €
A transportar		4 603,18 €	A transportar		8 070,26 €	A transportar		11 398,13 €

ANEXO V

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento		
Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor
A transportar		11 398,13 €						
3370	17/12/2014	20,00 €						
3369	17/12/2014	106,00 €						
3368	17/12/2014	227,00 €						
3367	17/12/2014	116,50 €						
3366	17/12/2014	107,75 €						
3365	17/12/2014	428,30 €						
3364	17/12/2014	30,54 €						
3363	17/12/2014	70,01 €						
3362	17/12/2014	50,00 €						
3560	29/12/2014	88,00 €						
3559	29/12/2014	91,80 €						
3558	29/12/2014	93,00 €						
3557	29/12/2014	35,80 €						
3556	29/12/2014	69,90 €						
3555	29/12/2014	45,30 €						
3554	29/12/2014	53,53 €						
3553	29/12/2014	40,00 €						
3552	29/12/2014	23,90 €						
3548	29/12/2014	200,60 €						
3551	29/12/2014	50,03 €						
3550	29/12/2014	35,00 €						
3549	29/12/2014	62,50 €						
A transportar		13 443,59 €	A transportar		13 443,59 €	Total		13 443,59 €

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura: _____

O Presidente do Órgão Executivo

Assinatura: _____

ANEXO V

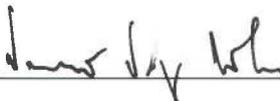
MAPA DE FUNDO DE MANEIO	2014
--------------------------------	-------------

Designação da Entidade	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
Gerência	01 / 01 / 2014 a 31 / 12 / 2014

Titular do Fundo de Maneio	Maria João Afonso Alves
Dotação Orçamental	02010202; 02022506; 020121; 020108
Valor do Fundo	725,00 €
Data da Constituição	17 / 06 / 2014

Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			Ordem de Pagamento			
Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor	Nº	Data	Valor	
1285	14/07/2014	36,95 €	/						
1286	14/07/2014	4,00 €							
1811	19/08/2014	36,00 €							
2201	05/09/2014	5,65 €							
2200	05/09/2014	5,95 €							
2624	06/10/2014	294,01 €							
2625	06/10/2014	200,00 €							
2626	06/10/2014	10,00 €							
2988	07/11/2014	103,07 €							
3321	09/12/2014	46,72 €							
3536	23/12/2014	2,00 €							
3535	23/12/2014	41,25 €							
A transportar		785,60 €		A transportar		785,60 €	Total		785,60 €

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura: 

O Presidente do Órgão Executivo

Assinatura: 

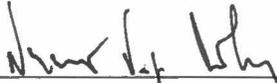
ANEXO VI

Relação dos Funcionários que na Gerência Receberam Participação Emolumentar e / ou Custas de Execuções Fiscais

Designação da Entidade	MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
Gerência	01 de janeiro a 31 de dezembro

Nome	Categoria	Diuturnidades na categoria em 31/12/2014	Remuneração Base Auferida Mês (1)	Emolumentos (2)	Custas de Execuções Fiscais (3)	Subtotal (4) = (2) + (3)	Total (5) = (1) + (4)
/							

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura: 

O Presidente do Órgão Executivo

Assinatura: 

ANEXO VII

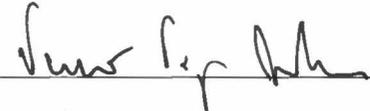
RELAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS EM SITUAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

Designação da Entidade: **MUNICÍPIO DE MONTALEGRE**

Gerência : **De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014**

Nome	Situação na Entidade a que respeita a conta			Cargos Acumulados Funções Públicas e / ou Privadas		
	Cargo ou Função	Data do Provimento	Forma de Provimento	Cargo ou Função	Regime de Acumulação	Data do Despacho de Autorização
Ana Elisabete Ferrão Esteves Justo	Técnico Superior	01/04/2004	Contrato tempo indeterminado	Socia gerente da empresa Método Neutro, Unipessoal, Lda.	Artigos 28 e 29 da Lei 12A/2008 de 27 de fevereiro	25/06/2014
Luís Miguel Alves Francisco	Técnico Superior (Florestal)	11/04/2005	Contrato tempo indeterminado	Formação, consultadoria e realização de projetos aos fundos comunitários	Artigos 28 e 29 da Lei 12A/2008 de 27 de fevereiro	04/07/2014
Maria José Afonso Baia	Técnico Superior (Gestão)	01/05/1999	Contrato tempo indeterminado	Fiscal da Associação "Centro Social e Cultural dos Trabalhadores da Câmara Municipal da Montalegre"	Artigos 28 e 29 da Lei 12A/2008 de 27 de fevereiro	23/06/2014

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura:  _____

O Presidente do Órgão Executivo

Assinatura:  _____

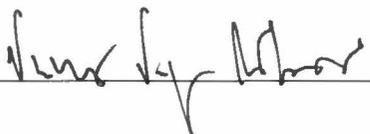
ANEXO VIII

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS	2014
----------------------------------	------

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE: MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
GERÊNCIA: 01 JANEIRO A 31 DEZEMBRO

NOME	Situação no Organismo ou Serviços	Período de Responsabilidade	Remuneração Líquida Auferida	Profissão	Morada
Manuel Orlando Fernandes Alves	Presidente	01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014	31 520,95	Professor	Rua do Carvalho nº 24 5470 -430 Salto
Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves	Vereadora (tempo inteiro)	01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014	25 115,37	Professora	Av. D. Nuno Alvares Pereira Edifício Dr. Américo lote 1 ,1º esq. 5470 Montalegre
David José Varela Teixeira	Vereador (tempo inteiro)	01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014	24 115,44	Técnico Superior CMM	Rua João Rodrigues Cabrilho nº 265 5470-204 Montalegre
António Gonçalves Araújo	Vereador	01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014	-----	Professor	Rua St. André 53 Gondizalves 4700 170 Braga
Paulo Jorge Miranda Cruz	Vereador	01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014	-----	Advogado	Rua Corujeira nº 75 5470 - 219 Montalegre
José Duarte Crespo Gonçalves	Vereador	01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014	-----	Economista	Praceta Escola Magistério, nº6 2º esq. 4700-222 Maximinos Braga
Maria Elsa de Moura Minhava	Vereadora	01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014	-----	Enfermeira	Rua Egas Moniz, nº 450 5470 - 283 Montalegre

O Dirigente Responsável pela área Administrativa e / ou Financeira

Assinatura: 

**RELAÇÃO DAS IMPORTÂNCIAS RECEBIDAS DO ESTADO E DE OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Câmara M. Montalegre

ENTIDADE	Certificadas na Gerência Anterior	Certificadas na Gerência	TOTAL	DEBITADAS NA GERÊNCIA		Recebidas na Gerência Seguinte	OBS
				Classificação Orçamental	VALOR		
EDP Distribuição Energ	Rendas de Concessão	470.411,76	470.411,76	05109901	470.411,76		
EDP Gestão Energia SA	Protocolo EDP			10010201	312.186,62		b)
EDP Gestão Integrada	Centros Electroprodutores CPPE	615.981,93	615.981,93	05109902	615.981,93		
GERAL CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	Derrama	10.639,64	10.639,64	010205	10.639,64		
	Imp. Municipal Transmissões Imoveis	81.593,57	81.593,57	010204	81.593,57		
	Imp. Municipal Imóveis	1.446.568,96	1.446.568,96	010202	1.316.814,70		c)
	Imp. Único de Circulação	216.930,54	216.930,54	010203	216.930,54		
	Juros de Mora	12.665,71	12.665,71	040201	12.665,71		
	Juros Compensatórios	20.375,41	20.375,41	040202	20.375,41		
DGAL	Fundo de Equilibrio Fin.- Corrente	8.209.390,00	8.209.390,00	06030101	8.209.390,00		
	Fundo Social Municipal	160.016,00	160.016,00	06030102	160.016,00		
	Participação no IRS	160.913,00	160.913,00	06030103	160.913,00		
	Fundo de Equilibrio Fin.- Capital	912.154,00	912.154,00	10030101	912.154,00		
	Transportes Escolares	82.769,00	82.769,00	060301990404	82.769,00		
DREN	Actividades Extra. Curricular	15.370,06	35.694,61	51.064,67	060301990402	51.064,67	
	Refeições 1º Ciclo	724,59	2.159,58	2.884,17	060301990403	1.627,21	1.256,96
	Componente Social	14.629,80	104.561,91	119.191,71	060301990403	119.191,71	
	Transportes Escolares		600,00	600,00	060301990404	600,00	
Município de Ribeira de pena		221.940,00	221.940,00	06050101	221.940,00		
Município de Vila Real		24.569,25	24.569,25	10030706	24.569,25		
IEFP - Centro de Emprego	1.438,38	40.733,21	42.171,59	06030901	42.171,59		
Gabinete Gestão Financeira Ministério Educação		60.000,00	60.000,00	100301040101	60.000,00		
		255.270,15	255.270,15	060301990401	255.270,15		
Instituto Financeiro Para Desenvolvimento Regional		484.924,38	484.924,38	10030702	366.504,00		
				10030704	118.420,38		
Instituto Habitação e Reabilitação Urbana		161.806,65	161.806,65	10030806	161.806,65		
Turismo De Portugal				10030799	237.690,28		b)
				06030999	40.000,00		b)
Direção Geral de Administração Interna		17.216,01	17.216,01	08019999	17.216,01		
Instituto Solidariedade Segurança Social		12.867,06	12.867,06	0603019903	12.867,06		

IFAP		68.307,33	68.307,33	10030799	47.760,33		
				10030702	20.547,00		
Parque Eólico de Viade		3.572,28	3.572,28	05109903	3.572,28		
PESL		186.754,48	186.754,48	05109903	186.754,48		
Eólica Alto Mourisco S.A.				05109903	5.757,18		b)
ATBERG - Eólicas do Alto Tâmega e Barroso, Lda		20.000,00	20.000,00	08019999	20.000,00		
Empresa Eólica do Barroso, Lda		10.400,00	10.400,00	050703	10.400,00		
Eólica da Serra Das Alturas, S.A.		69.686,97	69.686,97	050703	69.686,97		
Eólica de Montenegro, S.A.		204.398,99	204.398,99	050703	204.398,99		
Eólica de Padrela, Lda		10.533,33	10.533,33	050703	10.533,33		
Eólica De Atilhó, Lda		8.333,33	8.333,33	050703	8.333,33		
Eólica Castelo S.A.				05109903	7.508,09		b)
Eólica Terra Fria, S.A				05109903	507.371,71		b)
Eólica dos Candeeiros - Parque Eólico, Lda		45.074,73	45.074,73	05109903	45.074,73		
TOTAL	32.162,83	14.449.813,77	14.481.976,60		15.461.479,26	1.256,96	

a) Dirigente, dependente do Orgão executivo, responsável pela área Financeira

b) Importâncias não certificadas

c) A diferença corresponde ao valor transferido diretamente para as Freguesias

a) O RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS



2015-48
Presente em reunião ordinária/extraordi-
nária do Executivo Municipal de
Montalegre, 20/04/20

O Presidente da Câmara

O Vereador

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **MUNICÍPIO DE MONTALEGRE**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de balanço de 95.954.694 euros e um total de fundos próprios de 68.251.842 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 2.424.911 euros), a Demonstração dos Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 17.123.667 euros de despesa paga e um total de 17.147.829 euros de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Presente em sessão / reunião ordinária / ~~extraordi~~
nária da Assembleia Municipal de
Montalegre, 15/04/20

O Presidente da Assembleia

Secretário

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo da Autarquia a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Exceto quanto às limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo da Autarquia, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das transações efetuadas;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



RSM Patrício, Moreira & Valente

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RESERVAS

7. Não nos foi possível ainda proceder, de forma definitiva, à avaliação e validação da totalidade dos bens do ativo imobilizado do Município e a sua depreciação, nomeadamente os que foram objeto de inventariação em 2003, por empresa especializada.

Não nos foi possível ainda confirmar se o saldo da rubrica "Proveitos diferidos" respeita à totalidade dos subsídios associados a bens do imobilizado que ainda se encontram sujeitos a depreciação. Tal facto limita o reconhecimento e validação do proveito reconhecido no período.

8. Foi constituída, no exercício de 2013, e reforçada neste exercício, uma provisão para riscos e encargos, associada a processos judiciais em curso movidos por Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, cujo saldo se eleva a 545.662 euros.

Não nos foi possível verificar se o risco em causa excede ou não o valor da provisão constituída, bem como a natureza do mesmo, não sendo determinável se a sua classificação contabilística corresponderá a uma provisão ou a um passivo contingente.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **MUNICÍPIO DE MONTALEGRE** em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POICAL.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASE

11. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, fazemos notar que, tal como resulta dos mapas de controlo orçamental da receita e despesa, as taxas de execução da receita e da despesa, em relação aos valores orçamentados, que se elevavam a 21.830.000 euros, atingiram 78,55% e 78,44%, respetivamente.

Por outro lado, de acordo com o mapa de controlo orçamental da despesa, os compromissos assumidos foram de 18.957.200 euros.

Montalegre, 14 de abril de 2015

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda.
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)